

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**TABTA SOUZA MALTA**

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)  
NO ESTADO DA BAHIA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES NAS COOPERATIVAS COOPERBAC E COOPATAN**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA  
2015**

**TABTA SOUZA MALTA**

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)  
NO ESTADO DA BAHIA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES ASSOCIADOS À COOPERBAC E À COOPATAN.**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador:** José Antonio Gonçalves dos Santos

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA  
2015**

M225a Malta, Tabta Souza.

Análise do programa de alimentação escolar (PNAE) no estado da Bahia a partir da percepção dos agricultores familiares nas cooperativas COOPERBAC e COOPATAN / Tabta Souza Malta, 2015.

90f.

Orientador (a): José Antônio Gonçalves dos Santos.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

Inclui referências. 77 - 81.

1. Agricultura Familiar. 2. PNAE. 3. Políticas públicas. I. Santos, José Antônio Gonçalves. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

CDD: 338.1

*Catálogo na fonte:* Juliana Teixeira de Assunção  
UESB – Campus de Vitória da Conquista-BA



**TABTA SOUZA MALTA**

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE):  
PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS COOPERATIVAS  
COOPERBAC E COOPATAN - BA**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

José Antonio Gonçalves dos Santos  
Orientador

---

Darci Rodrigues Alves  
Examinador (a)

---

Edilene de Jesus Santos  
Examinador (a)

## AGRADECIMENTOS

Durante essa jornada, foram muitos os obstáculos, e sem a perseverança, zelo e proteção concedida pelo nosso Pai Celestial, seria impossível ultrapassar as dificuldades e alcançar a vitória. Por isso, quero agradecer primeiramente a Ele, por ter me concedido a vida e as faculdades mentais para que eu pudesse concretizar esse sonho, agradecer a oportunidade de ser aluna da instituição de ensino superior UESB, agradecer a minha família pelo apoio carinho e paciência, em especial ao meu pai Ezequias “*in memoriam*”, a minha mãe Edilce e meus irmãos Eric e Ezequias, minha irmã Thayana Maria e minha madrinha Maria José. Agradecer ao meu namorado Victor pelo companheirismo apoio e carinho, e pela acolhimento e aconchego em sua família a qual considero minha também. Agradecer as minhas amigas Carolina Netto e Tiara Cardoso pelo apoio e incentivo.

Agradecer, ainda, aos meus amigos e colegas de jornada os quais pude compartilhar momentos inesquecíveis. Agradecer ao apoio ajuda e incentivo na busca dos nossos sonhos, em especial à Lidiane Rosendo, Paloma Gardênia, Thatiana Telles, Daniela Couto, Joadelson Ledo e Marcio Patez. Agradecer o carinho e paciências dos docentes do nosso curso, que com muito amor nos passaram todos os conhecimentos necessários para nossa formação profissional, em especial ao professor José Antônio, Leal, Longuinhos, Moisés, Maíra, Andréia, Rondinaldo, Ronan, Darci, Roberto Paulo e Fernanda.

Quero agradecer ainda a amizade e o incentivo do meu professor do IFBA Tácio Luiz, sem ele eu não teria chegado até aqui. Agradecer ao meu orientador professor José Antônio pela disponibilidade e por ter acreditado em mim nessa parceria para realização desse trabalho.

Por fim, agradeço a todos que acreditaram, e que torceram para a concretização desse sonho e que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Crê em ti mesmo, age e verás os resultados. Quando te  
esforças, a vida também se esforça para te ajudar.  
Chico Xavier.

## RESUMO

O setor agropecuário brasileiro sempre desempenhou importante papel na economia do País, seja ele através da produção de alimentos para o próprio sustento ou para exportação dos seus excedentes. Um importante agente na história da agropecuária brasileira é o agricultor familiar. Este tem extrema importância na absorção de mão-de-obra no campo e na produção de alimentos que essa atividade realiza, pois, na maioria dos casos, os agricultores familiares não direcionam seus produtos para o mercado externo, mas sim para o atendimento imediato de sua produção, sendo está responsável pela maior parte dos alimentos consumidos em todo o País. Assim, buscando formas de melhor auxiliar o homem do campo, foram desenvolvidas diversas políticas públicas para eles, sendo as principais o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Portanto, o objetivo deste estudo consiste em avaliar o Programa PNAE nos municípios de Barra do Choça e Presidente Tancredo Neves, ambos no estado da Bahia, através, respectivamente, das Cooperativas COOPERBAC e COOPATAN. Para realizar este levantamento aplicou-se um questionário pré-estruturado nas duas Cooperativas e realizou-se uma entrevista com seus respectivos representantes. Os resultados demonstraram que a inserção das Cooperativas no Programa e conseqüentemente dos seus cooperados/agricultores familiares, trouxe as famílias uma melhoria de vida. Contudo, ressalta-se a necessidade de ampliar o número de cooperados participantes do Programas nas duas Cooperativas.

**Palavras-chave:** Agricultor Familiar. Políticas Públicas. PNAE.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Ciclo da Política Pública.....	19
Figura 2 Logo da Cooperbac.....	51
Figura 3: Logo COOPATAN.....	54

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Escolaridade .....	56
Gráfico 2 Quantidade de filhos .....	57
Gráfico 3 Participação de todos os membros da família nas atividades do campo .....	58
Gráfico 4 Tamanho da Propriedade .....	58
Gráfico 5 Período como cooperado.....	59
Gráfico 6 Tempo de participação no PNAE.....	62
Gráfico 7 Forma como conheceu o PNAE.....	63
Gráfico 8 Porque entrou no PNAE.....	63
Gráfico 9.1 Produtos comercializados COOPATAN.....	64
Gráfico 10 Investimento realizado pelos cooperados da COOPERBAC .....	65
Gráfico 11 Necessidade de aumentar a propriedade para participar do PNAE.....	65
Gráfico 12 A Extinção do PNAE ou do relacionamento traria consequências ao agricultor .....	66
Gráfico 13 Pontos positivos do PNAE.....	67
Gráfico 14 Pontos negativos do PNAE.....	68

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Localização de Barra do Choça.....	49
Mapa 2 Localização da Cidade Presidente Tancredo Neves.....	52

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Modalidades do Programa PAA.....	32
Quadro 2 Atualização dos limites de participação PAA.....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Frequência de gênero, faixa etária e estado civil dos cooperados da COOPATAAN.....	55
Tabela 2	Frequência de gênero, faixa etária e estado civil dos cooperados da COOPERBAC .....	55
Tabela 3	Percepção dos cooperados da COOPERBAC e da COOPATAN sobre a melhoria de vida e situação econômica após a inserção em suas cooperativas .....	60
Tabela 4	Dados em porcentagem referentes ao modo e motivo de participação no PNAE .....	64
Tabela 5	Dados em porcentagem referentes aos ganhos com o PNAE.....	64
Tabela 6	Oferta e participação de treinamentos e capacitações .....	69
Tabela 7	Possui assessoria ou capacitação continuada .....	69
Tabela 8	Convênio, apoio financeiro ou material para manutenção .....	70
Tabela 9	Benefícios que a Cooperativa já recebeu.....	70
Tabela 10	Programas que a Cooperativa participa.....	71
Tabela 11	Representação em porcentagem dos valores repassados pelo Programa.....	72
Tabela 12	Avaliação do Preço utilizado pelo Programa .....	72

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
<b>1 REVISÃO DA LITERATURA: AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Políticas Públicas</b>	<b>17</b>
<b>1.2 As transformações ocorridas na agricultura brasileira</b>	<b>20</b>
<b>1.3 Agricultura familiar versus Agricultura Patronal</b>	<b>22</b>
1.3.1 <i>Agricultura familiar no Brasil</i>	24
1.3.2 <i>Políticas Públicas para agricultura familiar entre avanços e desafios</i>	28
1.3.3 <i>Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE</i>	35
<b>2 COOPERATIVISMO</b>	<b>37</b>
<b>2.1 Cooperativas: conceito e classificação</b>	<b>37</b>
<b>2.2 Tipos de Cooperativas</b>	<b>39</b>
<b>2.3 Cooperativa Agrícola</b>	<b>41</b>
<b>2.4 Políticas Públicas e Cooperativas Agrícolas</b>	<b>41</b>
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>44</b>
<b>3.1 Caracterização do Estudo</b>	<b>44</b>
<b>3.2 Unidade de Análise</b>	<b>45</b>
<b>3.3 Instrumento de coleta de dados</b>	<b>46</b>
<b>3.4 Tratamento dos Dados</b>	<b>47</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>48</b>
<b>4.1 COOPERBAC e o Município de Barra do Choça – Bahia</b>	<b>48</b>
4.1.1 <i>Barra do Choça -Bahia</i>	48
4.1.2 <i>A COOPERBAC</i>	50
<b>4.2 COOPATAN e o Município de Presidente Tancredo Neves – Bahia</b>	<b>52</b>
4.2.1 <i>Presidente Tancredo Neves -Bahia</i>	52
4.2.2 <i>COOPATAN</i>	53
<b>4.3 Perfil dos Cooperados</b>	<b>55</b>
<b>4.4 Relação Cooperado versus Cooperativa</b>	<b>59</b>
<b>4.5 Cooperativa versus PNAE</b>	<b>61</b>
4.5.1 <i>Visão e vivência do Cooperado no Programa PNAE</i>	61
4.5.2 <i>Visão e vivência da Cooperativa no Programa PNAE</i>	68

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	74
REFERÊNCIAS _____	76
APÊNDICE 1 _____	82
Questionário Aplicado aos Beneficiários do PNAE Junto as Cooperativas _____	82
APÊNDICE 2 – Modelo de roteiro de entrevista com o representante das Cooperativas. __	84

## INTRODUÇÃO

A agricultura sempre desempenhou papel relevante na formação e desenvolvimento da economia brasileira ao longo do tempo. Apesar da participação de outros setores nas exportações e no Produto Interno Bruto (PIB) do país, a agricultura se destaca desde o período colonial em todas as regiões brasileiras, respondendo por cerca de 22,0% em 2014.

A disponibilidade de terras e clima propício são os principais fatores responsáveis pelo desempenho da agricultura brasileira. Baseada em monocultura, mão-de-obra escrava e em grandes latifúndios, a agricultura brasileira iniciou suas atividades no século XVI, com a instituição das Capitânicas Hereditárias<sup>1</sup>, favorecendo o cultivo de grandes culturas como o da cana-de-açúcar. Contudo, apenas a partir do século XVIII é que o cultivo de outros vegetais passou a ser realizado no Brasil.

No processo de mudanças da agricultura brasileira desde a substituição do modelo agrário-exportador à predominância do modelo neoliberal, especialmente a partir da década de 1980, alguns elementos importantes surgiram, a saber: o agricultor familiar, as políticas públicas e as cooperativas. O agricultor familiar é considerado um agente ofertante de mão-de-obra no campo e produtor de alimentos para o mercado interno, sendo esta responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País.

A partir de 2006, a agricultura recebeu mais atenção tanto de governantes como de estudiosos e formuladores de políticas. Naquele ano, foi sancionada a Lei nº 11.326/06 em que se definiu o agricultor familiar pelas seguintes características: não deve possuir área superior a 4 módulos fiscais; utilizar mão de obra da própria família no estabelecimento ou empreendimento; controle junto a família do estabelecimento e ter um mínimo percentual da renda familiar vindo desse empreendimento.

Apesar de apenas parecer uma delimitação legal do homem do campo, a definição do agricultor familiar traz a possibilidade de criação de políticas públicas que incentivem e auxiliem a inclusão dessas famílias no mercado de trabalho, trazendo assim, mais descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica.

---

<sup>1</sup> Capitânicas hereditárias - sistema já utilizado por Portugal na Ilha Madeira e implantado no Brasil em 1534. Consistia na divisão do litoral brasileiro em 15 lotes para os cidadãos da pequena coroa portuguesa, os donatários, comandantes dentro de sua capitania. Eles tinham por obrigação governar, colonizar, resguardar e desenvolver a região com recursos próprios.

Assim, buscando a valorização do homem do campo, o agricultor, através da agricultura familiar, tem sido assunto em constantes discussões quanto ao seu papel de envolvimento e importância no mercado, na produção de alimentos e em especial na criação de políticas públicas. Normalmente, espera-se que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar viabilizem estes pequenos empreendimentos, contribuam para o desenvolvimento local e acima de tudo promovam a fixação do homem do campo evitando o êxodo rural.

Dentre as principais políticas públicas para a agricultura familiar, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No campo das políticas públicas para agricultura familiar, na academia, este momento tem se mostrado particularmente propício a novas reflexões teóricas. De modo geral, os avanços que o meio rural sofreu em função do reconhecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de políticas públicas específicas para ela, permitiram uma maior amplitude da atuação deste na economia do País. Assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo a política pública PNAE, e sua aplicação na Cooperativa Mista de Agricultores de Barra do Choça e Região Ltda. - COOPERBAC e na Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves - COOPATAN, ambas sediadas no Estado da Bahia.

O problema de estudo consiste em responder ao questionamento: Quais ações norteiam o desenvolvimento do agricultor familiar como participante do Programa PNAE, sendo esta uma política pública direcionada ao homem do campo?

O objetivo do estudo é conhecer as barreiras e obstáculos enfrentados pelo agricultor familiar no que tange a sua participação ao PNAE. Espera-se que o estudo sirva de estímulo para análises posteriores a novos acadêmicos e àqueles que têm interesse em aprofundar seus conhecimentos a respeito do tema abordado, além de incentivar a inserção de novos agricultores familiares em Programas/Políticas Públicas similares ao PNAE, bem como de buscar, ainda, mais apoio das autoridades governamentais em nível municipal e estadual, uma vez que tais programas criam novos empregos que suprem a crescente demanda no número de pessoas desempregadas.

A monografia está organizada em quatro capítulos, além da presente introdução, que apresenta a justificativa, a problemática, os objetivos e a descrição da metodologia da pesquisa. O capítulo um faz uma revisão da literatura nacional para a agricultura familiar e

sua conexão com políticas públicas. O capítulo dois trata das organizações cooperativas, enfatizando os conceitos, os tipos e suas funções econômica e social. O capítulo três discorre sobre a metodologia empregada para o estudo. O capítulo quatro discorre sobre os resultados do estudo, bem como das considerações finais e um apêndice.

# 1 REVISÃO DA LITERATURA: AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

O cenário da agricultura brasileira é composto por diferentes origens coloniais econômicas e sociais. Dessa forma, em meio a tal diversidade do meio rural tem-se a agricultura familiar como impulsionadora da economia local e insersora dos pequenos agricultores no mercado de trabalho, além de desempenhar importante papel na proteção contra a agrobiodiversidade.

O reconhecimento do homem do campo como agente determinante na economia nacional possibilitou a criação de políticas públicas que incentivassem e auxiliassem a inclusão dessas famílias no mercado de trabalho, trazendo assim, mais descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Portanto, esse primeiro capítulo pretende caracterizar o agricultor familiar, demonstrar sua evolução na história da agricultura mundial e brasileira, assim como descrever as principais políticas públicas desenvolvidas em benefício desse grupo.

## 1.1 Políticas Públicas

Enquanto área do conhecimento, a política pública, surgiu nos Estados Unidos sem estabelecer ligações entre as bases teóricas e o papel que o Estado desempenhava, sendo criada direto nos estudos sobre a ação dos governos e não dos Estado<sup>2</sup>. Já no governo, os primeiros vestígios de políticas públicas se deram a partir da Guerra Fria por Robert McNamara que estimulou a criação da RAND Corporation<sup>3</sup> em 1948 (SOUZA, 2006).

Quanto a sua definição, não existe um único termo e/ou descrição que contemple as políticas públicas. Contudo,

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que

---

<sup>2</sup> O Governo é representado pelo grupo que ganha a eleição e fica por tempo determinado no poder. Já Estado é a estrutura, a instituição a qual o governo representa; é a nação politicamente organizada.

<sup>3</sup> Organização não-governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos think tanks. (SOUZA, 2006).

influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.<sup>4</sup> A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, p.24, 2006).

Desta forma, em termos gerais, é sabido que sempre coube ao Estado desempenhar funções em prol da sociedade. Antigamente, em tempos de guerra, o seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Contudo, no decorrer dos anos, passou a caber ao Estado o bem-estar da sociedade como um todo, independente da área, tais como saúde, educação, meio ambiente, segurança e etc (SEBRAE/MG, 2008).

Todavia, Secchi (2010) *apud* Lima (2002) considera

as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo esta concepção, o que determina se uma política é ou não “pública“ é a personalidade jurídica do formulador. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal (HECLO, 1972; DYE, 1972; MENY E THOENIG, 1991; HOWLETT E RAMESH, 2003).

No processo de formulação das políticas públicas, busca-se, inicialmente, identificar os problemas a serem resolvidos e, posteriormente, definir as linhas de ações a serem adotadas para solução do problema. No entanto, ressalta-se que o processo de definição não é tão simples conforme aparenta. Para que qualquer linha de ação seja definida, ocorre uma série de embates entre grupos políticos que buscam não apenas a implantação da política pública, como também, a defesa dos seus interesses pessoais e partidários. Através dos embates, busca-se a definição do objetivo da política pública, quais serão os programas desenvolvidos e as metas a serem alcançadas, conforme figura abaixo.

---

<sup>4</sup> Há mais de 40 anos atrás, Bachrach e Baratz (1962) mostraram que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública (SOUZA, p.24, 2006).



**Figura 1** Ciclo da Política Pública  
Fonte: SOUZA, 2006.

Apesar de sua utilidade heurística, o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública. As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequências se alternam.

A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui. Assim, no caso da Educação e da Saúde, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos segmentos da sociedade em processo de participação e controle social (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS – GOVERNO DO PARANÁ, [2014]).

No caso da agricultura, as políticas públicas estão propiciando o crescimento de novos atores sociais, principalmente através da figura do agricultor familiar.

## 1.2 As transformações ocorridas na agricultura brasileira

Definir o espaço agrário é uma tarefa por vezes complexa em função das variáveis que o envolve, sobretudo pelo clima, o meio físico e o fator econômico. A modernização da agricultura<sup>5</sup> iniciada ao longo dos séculos XVIII e XIX, em várias extensões da Europa, destaca-se sobre a forte influência do setor agrícola em detrimento de mudanças econômicas, sociais e tecnológicas do período.

Dentre as muitas mudanças ocasionadas na agricultura, destaca-se especialmente a chamada “Revolução Verde”<sup>6</sup>, nela ocorreram transformações como a da agricultura artesanal numa agricultura moderna, mecanizada e intensiva, substituindo a enxada e outros utensílios por tratores, colhedoras e etc. Em função dessas substituições, a agricultura moderna trouxe, também, mudanças significativas nas relações de trabalho, que deixaram de ser realizadas por grupos de pessoas e tornaram-se individuais e assalariadas.

Com a Revolução Verde ocorreu um pequeno aumento da oferta *per capita* mundial de alimentos (NUNES, 2007). No entanto, paralelamente a esse crescimento ocorreu também que a população mundial crescia, assim como a população rural decrescia e a área agrícola se reduzia.

No Brasil, o crescimento da produção agrícola foi evidenciado entre as décadas de 1960 e 1980 a partir da expansão do crédito rural subsidiado destinado à aquisição de insumos modernos. Na fase final do processo de substituição de importações, o surgimento dos complexos agroindustriais representou a integração técnica entre a indústria que produz para a agricultura, a agricultura e a agroindústria.

Todavia, o desenvolvimento agrícola só foi visualizado, principalmente,

a partir dos anos 70, quando houve, de acordo com dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, um aumento de mais

---

<sup>5</sup> A modernização da agricultura pode ser caracterizada pela mudança da base técnica da produção agrícola iniciada depois da segunda guerra mundial, com a maior utilização de equipamentos e insumos, cuja resultante foi o aumento imediato da produtividade dos fatores. O processo de modernização acarretou uma integração técnica intra-setorial entre a mercantilização da agricultura, ao mesmo tempo em que promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais, como máquinas e insumos, e, desta forma, induz à criação de indústrias de bens de capital e insumos para o setor agrícola (COSTA, 2002).

<sup>6</sup> A Revolução Verde ocorreu no final do ano de 1940 e se fundamentou, basicamente, no processo de modernização da agricultura e surgiu com o propósito de aumentar a produção através do desenvolvimento em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo. Todavia, o novo padrão levou ao crescimento da produção apenas nas grandes propriedades que tinham condições para inserção do processo de modernização, como o clima e relevo.

de 1.000% no número de tratores utilizados, em relação à década de 50, chegando este incremento a 6.512% na década de 80, e um aumento de 254% e 165%, respectivamente, no uso de arados a tração animal e nas colheitadeiras, nos anos 80, também em relação à década de 50. A utilização de adubos químicos também se intensificou no Brasil, na década de 70, atingindo um incremento de 1.380%, entre 1965 e 1980, o mesmo ocorrendo com o uso de defensivos, que aumentou 377% neste mesmo período, com destaque para a utilização de herbicidas, que cresceu mais de 8.000%, segundo informações colhidas no Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos de Estado de São Paulo (AGRA; SANTOS, 2001, p. 2).

Assim, através dos autores supracitados, identifica-se o momento na história em que a agricultura teve o seu salto tecnológico. No trecho é possível observar que a utilização de equipamentos como tratores e colheitadeiras substituíram o uso dos animais na lida diária, assim como, o entendimento e utilização dos adubos ampliaram as produções.

Salienta-se ainda que foi no início da década de 1970 que foram criadas, nos âmbitos federal e estadual, as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural e os instrumentos de política econômica, com o objetivo de incrementar a produtividade. Tendo como destaque à criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973 (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

Barros (1983) relata que a estratégia brasileira para a modernização agrícola, no período 1960-1980, baseou-se em quatro pontos fundamentais: expansão dos programas de crédito subsidiado, elevação dos gastos em extensão rural e pesquisa, maior abertura ao comércio internacional e prioridade ao setor de insumos modernos.

Assim, considerando a linha de raciocínio de Barros, pode-se destacar que a modernização da agricultura brasileira, por ter sido alinhada a um processo integrado de inserção e crescimento do capital no País, deu-se a partir da busca por um aumento da produtividade no curto-prazo e uma implantação voltada especialmente para a modernização do latifúndio dos grandes proprietários que seriam os potenciais compradores dos produtos industriais. A produção que se instalou no Brasil tinha como base os complexos agroindustriais, cuja maior função era o direcionamento da produção para o mercado externo, o que caracterizava uma exclusão do pequeno latifundiário, visto que os pequenos agricultores não se adaptaram as novas tecnologias de produção e não conseguiram produzir o suficiente para competir com outros tantos grandes produtores se viram, muitas vezes, obrigados a terem que vender as suas terras e maquinários para pagar as suas dívidas e empréstimos bancários realizados em virtude do processo de modernização. (MARTINE, *apud* SANTOS; BORGES; CARGNIN, 2012).

Assim, a Revolução Verde no Brasil marginalizou os pequenos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural bastante excludente e heterogêneo. O processo de modernização da agricultura brasileira gerou o agravamento da questão agrária e dos problemas sociais no campo, refletindo no aprofundamento das desigualdades sociais e no aumento da pobreza nas áreas rurais, com reflexos nos grandes centros urbanos (CAMPEÃO, 2004).

Todavia, no transcorrer dos anos 1990, sob interferência do Estado, após a “Crise da Agricultura”<sup>7</sup>, o desenvolvimento rural no Brasil sofreu uma minuciosa revisão e passou a englobar as três dimensões: ambiental, social e política. Assim, neste contexto, o desenvolvimento rural brasileiro se deu de forma mais consciente e passou não apenas a visar o fortalecimento e crescimento da economia nacional como também a se preocupar com a erradicação da pobreza rural, a sustentabilidade ambiental, assim como a criação de políticas públicas voltadas ao pequeno latifundiário.

### **1.3 Agricultura familiar *versus* Agricultura Patronal**

Conforme destacado no tópico anterior, com a industrialização da agricultura e da agroindustrialização nacional, no período 1960-1980, o Brasil aumentou a sua produção e produtividade, principalmente nos setores que apresentavam vantagens comparativas com o mercado agrícola mundial. Neste contexto Paulillo (2001) destaca que o crescimento produtivo da agricultura brasileira seria suficiente para resolver os principais problemas econômicos do Brasil, contudo, apesar do esperado pelo autor, esse crescimento não beneficiou os pequenos agricultores familiares e sim fortaleceu a agricultura patronal a partir dos grandes latifundiários, principalmente, da monocultura exportadora e as empresas de comercialização agrícola.

---

<sup>7</sup> Lamarche (1986 *apud* WANDERLEI, 200) denominou a “crise da agricultura” a partir de três dimensões: econômica, social e ambiental. Economicamente, a agricultura moderna produziu efeitos de superprodução ao buscar a autossuficiência, por meio da maior eficiência tecnológica e comercial. Socialmente, o sucesso do processo da modernização e a elevação da produtividade resultaram na redução da necessidade de força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas, criando uma crise geral do desemprego. Ambientalmente, o uso excessivo e indiscriminado dos insumos químicos de origem industrial, estimulado pela utilização dos modelos produtivistas, trouxe como consequência o risco de um sério desgaste de recursos naturais, em um momento em que se aprofundava nas sociedades a consciência da necessidade de preservação e de renovação destes recursos.

Oficialmente, só em 1994 através do trabalho intitulado “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar”, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o INCRA, que os estabelecimentos agropecuários brasileiros foram divididos entre dois modelos: “patronal” e “familiar”.

Sua produção é em grande escala, ocupa grandes fazendas e possui empregados fixos ou temporários, sendo pautada na gestão profissional da produção no campo. Já o agricultor familiar, ao contrário, apresentaria uma administração empírica, orientada pelas práticas primitivas e rudimentares.

Na visão de Graziano da Silva (2003), a divisão conceitual dos dois modelos poderia ser definida da seguinte forma:

a) Modelo Patronal: organização centralizada ênfase na especialização, ênfase em práticas agrícolas padronizáveis, trabalho assalariado predominante e tecnologias dirigidas à eliminação das “decisões de terreno” e “de momento”;

b) Modelo Familiar: direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, ênfase na diversificação, ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, trabalho assalariado complementar e decisões imediatas, adequados ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. (SILVA, 2003, p.217)

Baseando-se em tal princípio, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) discorre que:

[...] historicamente, essa heterogeneidade se traduz na convivência, lado a lado, de projetos contraditórios que concorrem desigualmente num mesmo espaço social. De um lado, a agricultura patronal [...] um modelo embasado na monocultura e no latifúndio, que frequentemente gera degradação ambiental, exploração do trabalho agrícola, exclusão social e concentração da terra e da renda. Essa matriz produtiva baseia-se em princípios que ignoram os conhecimentos tradicionais e não aproveitam a riqueza dos ecossistemas, o que resulta em desperdícios de energia, elevação dos custos de produção e empecilhos para a promoção do desenvolvimento sustentável. De outro lado, encontra-se a agricultura familiar, que, apesar de muitas vezes sofrer perdas de renda e ter dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, procura estabelecer sistemas de produção focados na valorização do trabalho familiar e na produção de alimentos para o próprio consumo e indispensáveis à segurança alimentar e nutricional da população em geral. Além disso, pelas suas características, propicia a democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção. Desse modo, contribui para a construção do desenvolvimento rural sustentável (IBASE, 2006, p. 5).

Contudo, os modelos patronal e familiar se distinguem não somente por suas estruturas, mas também pelas diferenças em seus resultados. Por exemplo, em locais onde a agricultura familiar é mais desenvolvida, como nos Estados Unidos e em outros países da Ásia e da Europa, existe uma melhor distribuição de renda e conseqüentemente um desequilíbrio social menor. Já em locais onde a agricultura patronal prevalece, a ocorrência de uma maior desigualdade social provavelmente se destaca, como é o caso de países que eram colônias de exploração de nações europeias.

Com o reconhecimento da agricultura familiar e a importância que a mesma tem desempenhado na economia nacional a produção familiar tem se ajustado à agricultura-industrial, mesmo que de forma obrigatória. Desenvolvendo assim novas formas de produção e, dessa maneira, não destrói, mas recria novas formas não-capitalistas de produção (LOVISOLO, 1987).

Assim, a agricultura familiar e a patronal passam a se confundir em alguns aspectos, em que o agricultor familiar através de incentivos governamentais se aprimora e ganha forças para ampliar a sua produção e o agricultor patronal, visando a conquista dos mesmos benefícios e/ou incentivos governamentais passa não apenas a atuar no mercado externo como também ampliar o seu destaque no interno.

### *1.3.1 Agricultura familiar no Brasil*

O termo agricultura familiar no Brasil, ainda é um conceito em evolução. Historicamente, esse agente da economia brasileira já foi chamado de pequeno agricultor, homem do campo, pequeno produtor e até mesmo de camponês. No entanto, apesar de toda a sua representatividade apresentada na economia nacional, apenas em 2006, através da aprovação da Lei Federal nº11.326<sup>8</sup>, de julho de 2006, enfim reconheceu-se a importância e o valor do homem do campo ao estabelecer “conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar” (Art. 1º). Em seu artigo 3º a lei estabeleceu também que:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

---

8 Também conhecida como Lei da Agricultura Familiar.

I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.1).

Os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros (DENARDI, 2002). Assim, a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar, sendo, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo e uma unidade de produção e de reprodução social.

Para o desenvolvimento das atividades no estabelecimento, a definição de propriedade familiar pode ser observada no Estatuto da Terra, Lei 4.504/1964, em seu artigo 4º, onde o imóvel rural é aquele que é direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência, sendo seu progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Ressalta-se, todavia, que esse estatuto foi de grande importância para a definição da agricultura familiar, como ela é hoje, e apesar do seu esforço em limitar e auxiliar o agricultor familiar no ambiente econômico, a mesma se mostra desatualizada e injusta ao resumir uma grande quantidade de grupos, com heranças culturais variadas e com experiências profissionais e de vida em uma única definição. Em oposto a essa igualdade estabelecida, Buainain e Filho (2006), destacam que a definição dos agricultores familiares exclusivamente pela vertente da mão-de-obra familiar torna-se errônea, no momento em que está emgloba diversos agentes muito diferentes no que tange o espaço a produção e mercado.

A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes umas das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc. As diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo label — agricultores familiares — apenas porque têm um traço

comum: utilizar majoritariamente mão-de-obra familiar (BUAINAIN; FILHO, 2006, p.15).

Apesar de nenhum critério ou metodologia ser satisfatória ou suficiente para englobar e atender as necessidades deste seguimento a descrição e definição supracitada das Leis de nº11.326 e nº 4.504/1964, fundamentam-se em uma metodologia de elementos objetivos em que os agricultores familiares em sua forma capitalista (patronal) de produção<sup>9</sup>. Nessa visão, fica claro que o agricultor familiar permanece nesse estado não por tradição, sustentabilidade ou porque quer deixar um legado para sua descendência e sim por ainda não ter tido oportunidade de maximizar os seus lucros. Cria-se assim a hipótese de que a maioria dos agricultores familiares se mantém, enquanto tal, em função de restrições que impedem a passagem para a organização patronal da produção, baseada, fundamentalmente, no trabalho assalariado sob gestão direta do proprietário.

A definição legal do homem do campo e da sua importância socioeconômica, são uma busca do Estado em inseri-lo no mercado através da criação de políticas públicas específicas para o campo do crédito, da produção, comercialização e etc. de forma que possibilite o Governo de criar condições para que serviços básicos como energia elétrica, educação e saúde cheguem até o campo, na perspectiva de criar condições mínimas para que possam atuar no mercado formal com todas as implicações que isso exige.

Apesar de ser uma atividade que busca atender as necessidades da família, nos últimos anos o número de pessoas, principalmente jovens, que deixam a zona rural para a urbana tem aumentado cada vez mais. Seja devido ao fato de não conseguirem atender as exigências tecnológicas do novo meio rural ou a busca, muitas vezes por exigência dos próprios pais, de uma educação não fornecida na localidade onde se mora.

Para Sabatto (2007), essa diminuição na disponibilidade de mão de obra familiar no imóvel da família é perceptível e em alguns casos o motivo se deve à evasão precoce dos filhos ou a dificuldade em mantê-los na propriedade familiar e são eles que constituem a base do trabalho agrário.

Nesse cenário, a representatividade da agricultura familiar brasileira, pode ser destacada através do último Censo Agropecuário realizado, que foi em 2006. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram identificados 4.367.902

---

<sup>9</sup> O trabalho, realizado pelo Inbra e um grupo de consultores que classificou os produtores a partir de algumas condições básicas do processo de produção. Segundo a hipótese dos autores, essas variáveis explicam tanto a inserção dos agricultores ao mercado como o grau de capitalização e a capacidade de geração de renda.

estabelecimentos familiares, que representam 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos) mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) das áreas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. E apesar de ocupar apenas um quarto da área a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total, o que corresponde à cifra de R\$ 677,00 por hectare/ano. De forma geral, o setor empregava quase 75% da mão-de-obra no campo e era responsável pela produção de aproximadamente 70% do alimento que a população brasileira consumia. Contudo, além disso, o setor responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária brasileira e 10% do PIB nacional. E tem, inclusive, participação na balança de exportações (IBGE, 2006).

No que tange à região Nordeste, onde estão concentrados metade dos agricultores familiares brasileiros, evidencia-se que a agricultura familiar é o segmento predominante no contexto agrário regional, particularmente na zona de abrangência do semiárido. Em todos os estados nordestinos o segmento familiar é responsável pela maior parte das ocupações e pela produção dos principais alimentos básicos produzidos nas unidades de produção agropecuária (COÊLHO, 2010; INSA, 2014).

O ano de 2003 foi decisivo para a agricultura familiar, pois o governo federal instituiu a sua principal política pública de incentivo ao agricultor familiar o Pronaf<sup>10</sup>.

Entretanto, uma análise mais apurada do Censo Agropecuário de 2006 permite visualizar que mesmo após a implantação do Pronaf a situação do agricultor familiar não era tão favorável quanto se imaginava,

[...] os agricultores familiares pobres do Grupo B – aqueles com rendimentos anuais até R\$ 3 mil e que fazem parte do público potencial da linha de microcrédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – ainda constituem o segmento majoritário no campo. [...], existiam 2.416.127 estabelecimentos com esse perfil no Brasil, representando mais da metade dos agricultores familiares do País. A ampla maioria deles se concentra no Nordeste (1.567.863, ou 65% do total), onde, de cada 100 estabelecimentos familiares, ao menos 72 eram do Grupo B. A região Sudeste, puxada pelos 242.595 estabelecimentos de Minas Gerais, ocupa a segunda posição no ranking com 51% dos seus agricultores familiares enquadrados no estrato mais pobre da agropecuária nacional. Já os percentuais registrados na região Sul foram menos significativos, mas, mesmo contando com a parcela mais consolidada da agricultura familiar nacional, foram identificados em seu espaço territorial cerca de 270 mil estabelecimentos de baixa renda em 2006 (AQUINO; LACERDA, 2015, p.2).

---

<sup>10</sup> A política pública Pronaf será discutida no tópico 1.3 Políticas Públicas para agricultura familiar.

Esse grande contingente do grupo B está em produtores extremamente pobres que só foram inseridos no Pronaf em 2000 e neste período o programa só atendeu os produtores que tinham renda anual de até 3 mil reais.

Nesse embate de mudanças e perdas sofrida pelo meio rural, é preciso considerar a importância da aplicação e utilização de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

As políticas públicas exercem um papel primordial na inserção dos agricultores familiares no mercado formal e na produção de alimentos para abastecer o mercado interno. No entanto, ainda são poucos empreendimentos familiares inseridos no mercado formal ou organizados em associações e cooperativas voltadas para a produção e comercialização.

De um modo geral, pode-se dizer que, até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores (as) familiares, o qual era caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito das entidades e órgãos públicos (IBASE, 2006, p. 8).

Portanto, principalmente a partir da década de 1990, com a criação e desenvolvimento de novas políticas públicas para a agricultura familiar, pode-se considerar que, enfim, o homem do campo foi reconhecido pelo seu papel econômico e socioambiental na economia do país.

### *1.3.2 Políticas Públicas para agricultura familiar entre avanços e desafios*

O agricultor, através da agricultura familiar, têm sido assunto em constantes discussões quanto ao seu papel de envolvimento e importância no mercado, na produção de alimentos e em especial na criação de políticas públicas. Normalmente, espera-se que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar viabilizem estes pequenos empreendimentos, contribuam para o desenvolvimento local e acima de tudo promovam a fixação do homem do campo evitando o êxodo rural.

No Brasil, o processo de elaboração das políticas públicas evoluiu consideravelmente no decorrer das últimas décadas, acompanhando as mudanças no contexto político e na situação social e econômica do país.

Evidenciou-se a partir da

[...] promulgação da Constituição de 1988 [...] um reordenamento do Estado brasileiro. A orientação da nova Constituição, de descentralização das ações estatais, introduziu novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, com o objetivo de democratizar o acesso dos (as) beneficiários (as) aos recursos públicos. Em grande medida, esse movimento conduziu a um aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estaduais e municipais. (IBASE, 2006, p. 8).

As políticas públicas são entendidas, numa aproximação inicial, como sendo as intervenções públicas referentes à economia, à sociedade e ao meio ambiente na escala nacional realizadas pelo Estado. Assim, toda ação pública, em qualquer nível ou em qualquer domínio que se refere, é objeto da análise de políticas públicas.

As décadas de 1960 e 1970, foram cruciais para o desenvolvimento das políticas públicas brasileiras, pois, foi criado o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (1964); a reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e a regulamentação do seguro agrícola (1966); criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (1973) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER (1974); os incentivos fiscais às exportações; as minidesvalorizações cambiais; os subsídios à aquisição de insumos; a tributação diferenciada; a expansão da fronteira agrícola; e o desenvolvimento de infraestruturas. No entanto, o maior destaque do período ficou a cargo do crédito rural.

O crédito rural foi sancionado pela Lei nº. 4.829 de 05 de novembro de 1965, tendo como objetivos:

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo. (BRASIL, 1965, p.1).

Contudo, embora essa política pública não excluísse nenhum segmento social, ocorria na prática uma exclusão advinda das condições creditícias e dos procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras (BIANCHINI, 2010; BITTENCOURT, 2003). Como os demais instrumentos da política agrícola (preços mínimos, seguro, assistência

técnica e pesquisa) estavam articulados ao crédito rural, a exclusão nesta política pública significava dificuldades de acesso aos demais.

Já na década de 1970, foram criados, na esfera federal, os: Programa de Integração Nacional (PIN)<sup>11</sup>; o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)<sup>12</sup>; o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)<sup>13</sup>; o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo)<sup>14</sup>; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)<sup>15</sup>.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos (as) trabalhadores (as) rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (IBASE, 2006, p. 8).

Destaca-se que, atualmente, as principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criado em 2009 e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) criada em 2010. Esses programas buscam atribuir à agricultura familiar um papel estratégico e de destaque no combate à insegurança alimentar, visando, ao mesmo tempo, a organização da produção e garantia de mercado.

Enquanto política pública, o PRONAF, possui como objetivo promover o desenvolvimento sustentável no ambiente das pequenas propriedades rurais que empregam em sua maioria mão-de-obra familiar que visa o aumento e a diversificação da produção, com

---

<sup>11</sup> O PIN foi implantado em 1971, com o objetivo de interligar as regiões brasileiras à expansão da fronteira agrícola, sobretudo em direção ao Centro-Oeste, Amazônia e os vales úmidos do Nordeste.

<sup>12</sup> O PROTERRA também foi criado em 1971, buscando facilitar o acesso à terra e promover a agroindustrialização na região da SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

<sup>13</sup> O PRONAN teve duas fases: o I PRONAN executado entre 1973 e 1976, o qual apresentou dificuldades em sua operacionalização, e o II PRONAN operado de 1976 a 1984. O II PRONAN agrupava várias ações que atuavam na suplementação alimentar a grupos vulneráveis e o apoio aos pequenos agricultores por meio da aquisição direta ou antecipada dos seus alimentos.

<sup>14</sup> O Projeto Sertanejo foi criado em 1976 para fortalecer as economias dos pequenos e médios produtores do semiárido por meio de prestação de serviços e de assistência técnica.

<sup>15</sup> O POLAMAZÔNIA e o POLONORDESTE faziam parte de uma estratégia mais ampla presente no I e II PND, visando o desenvolvimento de determinadas regiões, a interligação entre essas e a redução das desigualdades regionais.

o consequente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p.3).

Em um ponto de vista operacional, o PRONAF, apresenta, as seguintes linhas de atuação: Pronaf Custeio; Pronaf Mais Alimentos – Investimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecologia; Pronaf Eco; Pronaf Floresta; Pronaf Semiárido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Cota-Parte e Microcrédito Rural.

Para participar do Programa é simples, basta o agricultor familiar obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); elaborar um projeto técnico e procurar um agente financeiro para visualizar a melhor linha de crédito para ele.

Todavia, considerando o grau de simplicidade e/ou escolaridade que muitos agricultores têm, muitas vezes, o ato de elaborar um projeto já se torna uma barreira de acesso ao Programa que em sua essência foi criado para beneficiar esse agente.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi desenvolvido pelo Governo Federal como uma das ações do Fome Zero e visa garantir o acesso e o atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

A representatividade legal do PAA pode ser visualizada a partir do artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e do Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008. Onde posteriormente a Lei nº 10.696 foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Essa nova Lei, por sua vez, foi regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, conforme abaixo.

Esta política é uma linha de crédito onde o governo financia a produção e tem o compromisso de comprar o excedente. Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens (REIS E; RIBEIRO, 2014, p.6).

O Projeto é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e gerido por ele e pelos Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Ministério da Educação.

A compra dos alimentos se dá pelos municípios e órgãos federais da administração direta e indireta mediante processo de chamadas públicas, com seus próprios recursos e com dispensa de licitação, para atendimento às demandas de consumo de alimentos. Ressalta-se que, os preços não devem ultrapassar o valor dos praticados nos mercados locais e os produtos orgânicos ou agroecológicos admitem sobre preço de até 30% (MDS, 2014).

A execução do Programa se dá pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e pode ser feita por meio de cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Compra Institucional. Onde as organizações coletivas como associações e cooperativas ganham relevância no que diz respeito a produção e comercialização. (REIS E RIBEIRO, 2014, p.6 e 7).

**Quadro 1:** Modalidades do Programa PAA

Modalidade	Objeto e Funcionamento	Fonte de Recursos	Executor	Forma de Acesso
Compra Direta	Pólos de Compra. Em situação de baixa de preço ou em virtude de atendimento de demandas de populações em insegurança alimentar. Cumprindo um importante papel na regulação dos preços.	MDS e MDA	CONAB	Individual

Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Instrumentos de apoio à comercialização. Disponibiliza recursos financeiros e a organização adquire a produção de agricultores familiares sócios/filiados e forme estoque de produtos para posterior comercialização, em condições mais favoráveis.	MDS e MDA	CONAB	Cooperativa e Associação
Compra com Doação Simultânea	Compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e da doação desses alimentos para entidades integrantes da rede socioassistencial.	MDS	CONAB, Estados e Municípios	Individual, Cooperativa, Associação.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite “Programa do Leite”	Propiciar o consumo do leite às famílias, que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional, e incentivara produção familiar.	MDS	Estados do Nordeste e MG (norte)	Individual, Cooperativa, Associação.
Aquisição de Alimentos para atendimento da alimentação escolar	Permite a aquisição de Alimentos da Produção Familiar, de acordo com os ladrões e regulamentação do PAA para que seja destinado a merenda escolar.	MEC - PNAE	FNDE, Estado e municípios	Organizações da Agricultura Familiar.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), 2015.

O Decreto nº 8.293/2014 trouxe novos limites para a participação dos agricultores familiares no PAA, seja individualmente ou em organizações, conforme quadro a seguir.

**Quadro 2:** Atualização dos limites de participação PAA

	<b>Modalidade</b>	<b>Decreto nº7.775/2012 (como era)</b>	<b>Decreto nº8.293/2014 (novos limites) Modalidade</b>	
Individual	Doação Simultânea	5.500,00	6.500,00	
	Doação Simultânea (via organização)	6.500,00 ou 8.000,00	8.000,00	
	PAA Leite	8.000,00	8.000,00	Sendo R\$ 4.000,00/semestre

	Compra Direta	8.000,00	8.000,00	
	Apoio à Formação de Estoques	8.000,00	8.000,00	
	Compra Institucional	8.000,00	20.000,00	Por órgão comprador, por ano.
	Aquisição de Sementes	-	16.000,00	
Organização	Doação Simultânea	-	2.000.000,00	
	Apoio à Formação de Estoques	1.500.000,00	1.500.000,00	Sendo a primeira operação limitada à R\$ 300.000,00
	Compra Direta	-	500.000,00	
	Compra Institucional	-	6.000.000,00	Realizada por meio de chamada pública
	Aquisição de Sementes	-	6.000.000,00	As operações com valor superior a R\$ 500.000,00 deverão ser realizadas por meio de chamada pública.

Fonte: MDS 2015.

Em outubro de 2014, o MDS repassou mais de R\$ 8,8 milhões para agricultores familiares que venderam seus produtos para o PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea. Ao todo, 5,6 mil famílias, registradas no programa pelas prefeituras e governos estaduais, comercializaram alimentos (MDS, 2015).

Os pagamentos são realizados mensalmente, no máximo, em 30 dias após a entrega dos produtos e são depositados diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacar o dinheiro com cartão bancário específico do PAA ou utilizá-lo em operações de débito<sup>16</sup>.

O PNAE, objeto de estudo deste trabalho, é uma grande política pública do Governo Federal para promover a inclusão social e econômica do homem do campo. Para tanto, conduz-se esta pesquisa ao conhecimento do que é esse Projeto e da forma como se dá o processo de inclusão da agricultura familiar no mercado através do PNAE.

<sup>16</sup> Apesar do grau de relevância do PRONAF e do PAA para Agricultura Familiar os Projetos não serão discutidos de forma mais aprofundada neste trabalho, haja vista que o Programa objeto de estudo é o PNAE.

### *1.3.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*

Implantado em 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

O PNAE, segundo o Portal da Transparência é

[...] conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2015, p.2).

O Programa contempla os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros. Ainda, segundo o Governo Federal, o PNAE é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo.

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII). (FNDE, 2014).

Cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, a responsabilidade pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do Programa.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo, 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural (BRASIL, 2013).

São considerados fornecedores, os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, organizados em grupos formais e/ou informais, com DAP física/ou jurídica. Quando os agricultores/empreendedores familiares rurais estão constituídos em cooperativas e associações são considerados como formais, enquanto que os grupos informais são aqueles grupos de agricultores familiares organizados que deverão ser apresentados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora.

Os requisitos para que um agricultor familiar seja incluso no PNAE são, conforme SEBRAE (2014), os seguintes:

- a) Visitar escolas ou o departamento de alimentação escolar da prefeitura e buscar identificar os gêneros alimentícios que são utilizados para a merenda escolar. Caso haja algum produto que o agricultor possa fornecer, procurar saber qual será a próxima data de compras e quando será lançada a chamada pública;
- b) Aguardar a publicação do edital da chamada para aquisição dos gêneros da agricultura familiar e verificar se possui os requisitos básicos para atender as necessidades do Programa;
- c) Depois da análise do edital da chamada pública e a verificação dos requisitos para a participação do Programa, deverá ser preenchido o projeto de venda e buscar toda a documentação necessária para a participação. O agricultor poderá se inscrever como: Em **grupos formais** (o agricultor faz parte de uma cooperativa ou associação que o representará na chamada pública); em **grupos informais** (alguns agricultores juntam-se e elaboram o projeto de venda para participar da chamada pública); e em **agricultor individual** (o agricultor familiar poderá participar individualmente);
- d) A documentação exigida para a participação dos agricultores familiares varia de acordo com a forma de participação, se em grupos formais, informais ou individuais;
- e) A seleção dos projetos de venda será realizada pelos gestores do programa e/ou comissão de licitação, em sessão pública, aberta no local e na hora determinada no edital de chamada pública;
- f) Assinatura do Contrato;
- g) Entrega dos produtos;
- h) O Pagamento, segundo o Decreto no 7.507, de 27 de junho de 2011, determina que toda movimentação financeira dos recursos repassados pelo FNDE ao Estado, Distrito Federal e Municípios deverá ocorrer exclusivamente por meio de transferência eletrônica, assim cada agricultor vai receber diretamente na conta bancária aberta em instituições financeiras oficiais.

A compra dos gêneros, segundo a Secretaria da Agricultura Familiar (2011), é realizada sempre que possível, no município a que pertence as escolas. Caso o fornecimento

não puder ser feito localmente, as escolas podem complementar a demanda com agricultores seguindo a ordem de região, território rural, estado ou país.

Por fim, ressalta-se que a legislação prevê a obrigatoriedade da aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, e isso pode gerar mais renda e inclusão para o agricultor familiar.

## **2 COOPERATIVISMO**

Este Capítulo é composto, inicialmente, pelos conceitos e classificação das cooperativas. Em seguida, dando sequência, discute-se o papel da cooperativa no âmbito da agricultura familiar e com um foco especial para as cooperativas agrícolas no Brasil.

### **2.1 Cooperativas: conceito e classificação**

O cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e parece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação. O ideal cooperativista se disseminou pelo mundo e atua em todos os setores da economia. É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento do indivíduo por meio do coletivo (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 17).

Meinen e Port (2012) ainda adicionam que, o cooperativismo é definido como uma associação de pessoas, unidas voluntariamente, para atender de maneira democrática às necessidades econômicas, sociais e culturais em comum.

O cooperativismo, as associações, assim como outras formas de trabalho coletivo que compreendem a Economia Solidária, surgiram no contexto da Revolução Industrial. O cooperativismo, em especial, surgiu na Inglaterra na cidade de Rochelade em 1884 a partir da iniciativa de um grupo de 28 tecelões (PINHO, 2004).

O cooperativismo baseia-se valores e princípios da ajuda mútua, da solidariedade, da liberdade, da democracia, da equidade, da igualdade, da responsabilidade, da honestidade; da transparência e da responsabilidade socioambiental.

As cooperativas possuem características específicas que as distinguem das demais formas de organização:

- a) são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir responsabilidades como associados, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de sexo;
- b) Gestão Democrática pelos Cooperados. As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus associados, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. A gestão democrática é a essência operacional do cooperativismo;
- c) Participação Econômica dos Cooperados. Os cooperados contribuem equitativamente para a formação do capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes objetivos: desenvolvimento das suas cooperativas eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelos menos será, indivisível; benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros;
- d) Autonomia e Independência. As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, geridas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações - incluindo instituições públicas - ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus associados e se mantenha a autonomia das cooperativas;
- e) Educação, Formação e Informação – As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus associados, eficazmente para o desenvolvimento das suas

cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação;

- f) Intercooperação - As cooperativas servem de forma mais eficaz a seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por intermédio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- g) Interesse pela Comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos cooperados.

Estes princípios foram criados em novembro de 1995, em Manchester, Inglaterra, no XXXI Congresso da ACI (Associação Cooperativa Internacional) foram feitas as últimas modificações nos sete princípios cooperativistas.

## **2.2 Tipos de Cooperativas**

A diferença, principal, entre uma cooperativa para uma empresa formal está na forma como é decidido os fins da organização. A empresa comum determina suas decisões, tomando como base a quantidade de capital que cada sócio possui, enquanto que, em uma cooperativa, independente da sua cota de capital, todos possuem igual direito de decisão.

Atualmente, através de classificação realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as cooperativas são divididas em onze ramos de atuação.

As cooperativas agropecuárias são constituídas por produtores rurais para fortalecimento das diversas etapas de produção. Essa união facilita a compra de sementes, venda de produtos, armazenamento, entre outros. Além disso, ela pode conseguir a compra de determinados produtos por um valor menor e isso poderia não ter ocorrido caso o produtor tivesse que fazê-lo sozinho.

As cooperativas de consumo destinam-se à compra de produtos de interesse de seus cooperados para que diminuir o valor final dessas mercadorias. Costuma ser algo comum nas compras feitas em supermercados.

As cooperativas de crédito atendem à demanda de moeda pelos cooperados para resolverem problemas financeiros. Este tipo de cooperativa funciona com a autorização do Banco Central. No Brasil, esse ramo pode ser subdividido em cooperativas de crédito mútuo e as cooperativas de crédito rural. Após uma resolução do Banco Central, ficou instituído que qualquer grupo social pode participar de uma cooperativa de crédito rural, independente de possuir uma propriedade ou não. Essa resolução também se aplica às cooperativas de crédito mútuo.

As cooperativas educacionais surgiram com o intuito de enfrentar as dificuldades no ensino. Elas podem oferecer o ensino, cursos de línguas e cursos profissionalizantes. A sua maior vantagem é permitir que os professores e os pais tenham maior participação nessa instituição de ensino.

As cooperativas de habitação possibilitam a construção e manutenção de conjuntos habitacionais a seus cooperados por preços abaixo dos de mercado. Os cooperantes fazem contribuições e podem acompanhar o processo de aquisição e construção.

As cooperativas de saúde visam a saúde e o bem-estar das pessoas. São compostas por profissionais da área médica que buscam melhores condições de trabalho, qualidade no atendimento e valorização de sua categoria.

As cooperativas de serviço têm o objetivo de prestar diversos serviços comunitários.

As cooperativas de produção produzem bens materiais que os associados necessitam. É um ramo bem desenvolvido em outros países, como a Espanha. No Brasil, os trabalhadores estão descobrindo os benefícios de ter seu negócio próprio e as vantagens da propriedade coletiva de bens de consumo.

As cooperativas especiais são aquelas compostas por pessoas que necessitam ser tuteladas por meio da diminuição de dificuldades específicas com programas de treinamentos e produtividade. Essas ações têm o intuito de promover a socialização dessas pessoas e também podem ter sócios que fazem trabalho voluntário e prestam serviços comunitários.

As cooperativas de infraestrutura oferecem aos seus cooperados serviços de infraestrutura. O exemplo mais comum desse tipo são as cooperativas de eletrificação rural.

As cooperativas de mineração têm a finalidade de extrair, industrializar, importar e comercializar produtos minerais.

## **2.3 Cooperativa Agrícola**

As cooperativas agrícolas são formadas por produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao cooperado. Essas cooperativas geralmente cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos.

Com a crise econômica mundial dos anos 1920, as cooperativas rurais passaram a ser criadas com incentivos governamentais, visando amenizar os problemas da crise com a diversificação da produção nacional.

Segundo Pinho (1965), o cooperativismo foi introduzido na pauta da política agrícola brasileira como forma de valorização da pequena produção visando incentivar a policultura e o desenvolvimento interno. Costa, Júnior e Silva (2015) constataram que entre os anos de 1935 a 1960 o número de cooperativas no Brasil aumentou aproximadamente 4.406%.

Ainda de acordo com esses autores,

[...] a partir de 1966, o Estado intensifica sua intervenção na vida das cooperativas, determinando que as mesmas apenas pudessem funcionar sob sua autorização. A partir da criação da OCB em 1969, da Lei nº 5.764/71 e da constituição do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o governo direciona as atividades das cooperativas para a produção de commodities, visando atender às demandas do mercado exterior. (COSTA, JUNIOR e SILVA, 2015, p.114).

A consequência imediata da intervenção foi a diminuição do número de cooperativas. Em 1973, o total de cooperativas funcionando no país era cerca de 2.637% a menos que o número de cooperativas em 1960. Desta forma, os subsídios governamentais se concentraram nas grandes cooperativas (COSTA, JUNIOR e SILVA, 2015, p.114).

## **2.4 Políticas Públicas e Cooperativas Agrícolas**

Pode-se afirmar que inicialmente, no processo de constituição das primeiras cooperativas no Brasil (1981), a interferência do Estado em sua criação e desenvolvimento foi insignificante, pois, as cooperativas eram criadas com base em uma legislação própria, onde se desenvolviam em cinco fases: medidas legais pioneiras, crescimento com apoio legal e

institucional, crise e reorganização, renovação legal e estrutural e desatrelamento do Estado e autogestão.

Segundo Filho e Pinheiro (2004), as primeiras medidas legais do cooperativismo brasileiro foram constituídas por três decretos. Em 1903, o decreto permitia os sindicatos fundarem cooperativas. O Decreto nº 1.637, de 05/01/1907, instituiu as sociedades comerciais anônimas. Em 02/06/1926, através do Decreto nº 17.339, foi publicado o regulamento do sistema das cooperativas de crédito agrícolas e dos Bancos Populares Luzzatti, chamadas cooperativas de crédito urbano. A partir de 1932, as cooperativas se consagraram juridicamente fundamentadas em princípios doutrinários do sistema cooperativista como sociedade de pessoas e não de capital, e orientadas pela filosofia da cooperativa pioneira de Rochdale. Em 19/12/1932, por meio do Decreto nº 22.239, as cooperativas receberam amparo legal e institucional através de estímulos fiscais (Censo OCB).

Contudo, o desenvolvimento do cooperativismo agrícola brasileiro, com intervenção do Estado, não durou muito tempo. Na segunda década de 1960, as cooperativas foram surpreendidas com o cancelamento de diversos estímulos pré-estabelecidos, especialmente os incentivos fiscais.<sup>17</sup>

Com a constituição de 1988, a partir do parágrafo XVIII do artigo 5º, houve o desmembramento do Estado e a criação da autogestão. A promulgação dessa Constituição, contempla que, o sistema cooperativista brasileiro não depende mais da ação e da intervenção do Estado em seu funcionamento, vedando, portanto, a interferência estatal nessas organizações (FILHO; PINHEIRO, 2004).

Para Benetti (1985),

(...) o cooperativismo é o instrumento institucional utilizado pelo Estado, para romper certas condições de atraso do desenvolvimento agrícola. As cooperativas transformam-se, assim, em órgãos de repasse das políticas de fomento às atividades agropecuárias, ao mesmo tempo em que desenvolvem certas atividades que teoricamente fariam parte das funções de acumulação do Estado capitalista. (BENETTI, 1985, p.6).

Em decorrência das transformações ocorridas nas últimas décadas na agricultura brasileira, as cooperativas agrícolas tiveram que se adequar ao novo mercado, para isso as mesmas foram obrigadas a se aprimorarem para atender seus associados. Esse aprimoramento foi desenvolvido não só através da ampliação e qualidade da capacidade de armazenagem,

---

<sup>17</sup> Decreto-Lei Nº59 de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre a reorganização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

beneficiamento e industrialização de seus produtos, como também, no aspecto da sua organização interna.

As cooperativas agrícolas desempenham um relevante papel no meio rural por estabelecerem relações estreitas com bases agrícolas, constituindo-se, por um lado, em organizações importantes para o funcionamento dos sistemas agroindustriais e por outro, como instrumento inter-relacionado com órgãos do estado para viabilizar as políticas agrícolas no campo.

Neste tipo de empreendimento econômico solidário, como é o caso das cooperativas agrícolas, é evidenciado um ideal de produção voltado para o ser humano que produz e usufrui dos bens e dos serviços gerados e não apenas visam a obtenção de lucro exacerbado.

Assim, os solidários produzem e comercializam associativamente com a utilização de sua própria força de trabalho (sem assalariarem terceiros), repartem a receita líquida nos termos dos critérios acordados coletivamente e sem a meta do máximo benefício econômico (lucro). Não há divisão de classes na produção – proprietários e assalariados – todos são sócios e administram o empreendimento em conjunto.

Assim, pode-se destacar que entre o cooperativismo e agricultura familiar o que mais chama a atenção no modelo cooperativo são as possibilidades de barganhar melhores preços dos produtos ofertados, diversificação na produção, obtenção de melhores condições de crédito e a possibilidade de eliminação de intermediários.

Dessa forma, diante das exigências estabelecidas pela globalização, o cooperativismo agrícola se tornou uma alternativa para os agricultores, em especial os familiares, no processo de inserção nos mercados locais e globais, assim como, através do aprimoramento na concorrência da agricultura empresarial ou patronal.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Gil (2010, p.1) define a pesquisa como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos”. Tendo em vista a finalidade de verificar a promoção e inclusão socioeconômica de um grupo de agricultores do sudoeste baiano, através da atuação do Governo Federal, por meio de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como é o caso de Programa PNAE, esse tópico irá caracterizar o presente estudo, assim como definir a unidade de pesquisa, os instrumentos de coletas e a forma como os dados serão mensurados.

#### **3.1 Caracterização do Estudo**

O presente estudo caracteriza-se como de natureza teórica-empírica, ou seja, os dados que são coletados em campo são analisados com base no referencial teórico sobre agricultura familiar, políticas públicas e em especial sobre o Programa PNAE.

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir da análise de livros e artigos científicos, os quais se constituem literatura significativa e substancial para o trato e análise dos dados e informações posteriormente coletadas, pois o processo requer a aquisição de determinados preceitos que são obtidos apenas através da literatura.

Para Lakatos e Marconi (2010), a finalidade da pesquisa bibliográfica é a de proporcionar ao pesquisador contato direto com tudo aquilo que já foi documentado (escrito, dito ou filmado) sobre uma determinada temática ou assunto. Gil (2010) destaca que a pesquisa bibliográfica é útil para fornecer ao trabalho uma fundamentação teórica além de possibilitar a identificação do estágio em que se encontra o conhecimento referente ao tema a ser estudado, se mostrando eficiente quando é necessário reunir dados ou informações.

Segundo Oliveira (2007, p. 69), a pesquisa bibliográfica é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” e “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”.

Acerca da pesquisa de campo, Lakatos e Marconi, (2001, p.186) afirmam que “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se quer uma resposta [...] que envolve um experimento, após a pesquisa bibliográfica”.

Oliveira (1999) afirma que a pesquisa científica pode ser classificada, quanto à natureza (pesquisa básica e pesquisa aplicada ou tecnológica), quanto aos objetivos (pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa) e quanto aos procedimentos (pesquisa experimental, pesquisa operacional e estudo de caso).

Tomando como base tais contextos, pode-se classificar esta pesquisa como sendo aplicada, pois, objetiva-se gerar conhecimento de aplicação prática, direcionados a solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Quanto aos objetivos, essa pesquisa é exploratório-descritiva, por ter como objetivo conhecer a promoção e inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em políticas públicas. Pretende-se, assim, proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses e por registrar, classificar, analisar e interpretar os dados sem que possa haver interferência neles, ou seja, os fenômenos são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador (ANDRADE, 2010).

Yin (2001, p.32) afirma que o “estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Gil (1999, p.73) afirma, ainda, que o estudo de caso pode “ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias, quanto descritivas e explicativas”. Portanto, a pesquisa em questão será configurada como um estudo de caso simples e pesquisa de caráter exploratório-descritivo.

### **3.2 Unidade de Análise**

As unidades de análise do presente estudo foram a Cooperativa Mista de Agricultores de Barra do Choça e Região - COOPERBAC, localizada na cidade de Barra do Choça, e a Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Trancredo Neves – COOPATAN, localizada na cidade de Presidente Trancredo Neves, ambas no estado da Bahia. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Inicialmente, houve uma entrevista semiestruturada com os presidentes de cada cooperativa e posteriormente, na segunda etapa, a aplicação de

questionários pré-definidos com alguns cooperados das duas cooperativas. Os questionários contaram com perguntas claras e objetivas, com a finalidade de obter informações sobre: estrutura familiar, escolaridade, renda, satisfação com o trabalho e aplicabilidade das políticas públicas no cotidiano do homem do campo.

As entrevistas e a aplicação dos questionários ocorreram em dia e horário previamente agendado, de forma que não alterasse o cotidiano dos respondentes.

Atualmente, a Cooperativa COOPERBAC possuiu uma população de 152 cooperados, sendo que 35 participam do Programa PNAE e a COOPATAN possui 326 cooperados, sendo que 6 participam do Programa PNAE.

O universo de amostra dessa pesquisa foi formado por 3 Cooperados da COOPERBAC e 2 na COOPATAN, representando, respectivamente, 8,75% e 33% dos cooperados de modo respectivo as duas Cooperativas.

Além deste levantamento, procedeu-se, também, uma análise qualitativa junto aos dados coletados com os dois representantes, através do roteiro de entrevista pré-definido.

### **3.3 Instrumento de coleta de dados**

Para realização deste estudo, foi adotado o uso de questionário (Apêndice I) com os cooperados e entrevista semiestruturada (Apêndice II) com os representantes legais de cada Cooperativa.

Optou-se pelo uso do questionário estruturado como o instrumento de coleta, pois, entende-se que este seja o mais adequado para o presente trabalho. O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas que deverão ser respondidas por escrito. Este instrumento constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações (LAKATOS; MARCONI, 2008). Este foi constituído por 16 perguntas, que tinham por finalidade expressar os objetivos deste estudo com perguntas claras e objetivas.

A coleta ocorreu no período de 21 a 30 de setembro de 2015, nas cidades de Barra do Choça e Presidente Trancredo Neves – Bahia.

Paralelo a este levantamento, analisou-se também os dados coletados através da entrevista realizada com os representantes legais de cada uma das cooperativas. Para realização da entrevista, foi elaborado um roteiro semiestruturado.

### **3.4 Tratamento dos Dados**

Os dados obtidos através dos questionários e das entrevistas, receberam tratamento descritivo e qualitativo.

Os dados primários obtidos através do questionário foram expressos, tratado e tabulado através do software Microsoft Excel, versão 2015. E a análise foi realizada através do uso de gráficos em forma de barra, para que fosse possível uma melhor comparação dos resultados obtidos através das duas Cooperativas.

A análise qualitativa foi desenvolvida com base nas respostas concedidas pelos dois entrevistados, que estavam direcionadas a analisar e mensurar a visão do representante legal, sobre o desenvolvimento dos cooperados e da Cooperativa após a implantação do Programa PNAE.

Por fim, analisaram-se os dados coletados, correlacionando os resultados de ambas as etapas e direcionando a pesquisa a uma conclusão comum. Portanto, entende-se, que o presente trabalho recebeu tratamento quali-descritivo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo propõe-se a analisar e descrever os resultados obtidos através da pesquisa realizada junto aos representantes legais e cooperados das Cooperativas COOPERBAC, na cidade de Barra do Choça, e a COOPATAN, na cidade de Presidente Trancredo Neves, ambas na Bahia. Os dados obtidos na pesquisa de campo são analisados à luz do referencial teórico. Deste modo, inicialmente faz-se necessário a contextualização das duas Cooperativas e a importância das mesmas para o desenvolvimento local de suas respectivas cidades, para então descrever os dados obtidos com a pesquisa.

### 4.1 COOPERBAC e o Município de Barra do Choça – Bahia

#### 4.1.1 Barra do Choça -Bahia

O município de Barra do Choça está localizado na região Sudoeste da Bahia (Figura 2), à 27 km de Vitória da Conquista<sup>18</sup> e à 527 km de Salvador, Capital do Estado. Sua área é de 781,3 km<sup>2</sup> e possui um clima tropical semi-úmido, variando sempre do semi-árido e seco a sub-úmido. Sua população é de aproximadamente 32.400 habitantes. Barra do Choça faz limite com os municípios de Vitória da Conquista, ao norte, Planalto, a Oeste, Itambé, ao sul e Caatiba, a leste.

As origens do atual município de Barra do Choça confundem-se com a do Planalto da Conquista. A atual cidade de Barra do Choça teve início a partir da propriedade Fazenda Barra do Choça do Capitão-mor João Gonçalves da Costa, fundador da cidade de Vitória da Conquista – BA, e depois de sua morte teve seu território fragmentando entre familiares como herança. Assim, posteriormente, através da fragmentação, ainda maior, entre os herdeiros algumas posses foram vendidas para outras famílias tradicionais da região.

Barra do Choça, também, foi um importante entreposto comercial no século XIX, por ser pouso para tropeiros, boiadeiros e viajante. O tropeiro, figura indispensável em tempos

---

<sup>18</sup> Barra do Choça é localizada ao leste da cidade de Vitória da Conquista, no Planalto Sul Baiano, mais precisamente sobre a Serra Geral, que é um prolongamento da Serra do Espigão.

difíceis, era a pessoa que possibilitava a ligação de uma região à outra, era também a fonte de aquisição tanto de mercadorias como de informações.

**Mapa 1:** Localização de Barra do Choça



Fonte: Google, 2015.

Assim, documentos do próprio Município apontam a existência de Barra do Choça, primeiro como fazenda, depois como povoado e por último como distrito, ligado a história de Vitória da Conquista. Depois de passar por um plebiscito, o povo de Barra do Choça confirmou o desejo da emancipação. Assim, em Outubro de 1962, foi realizada as eleições para compor o legislativo e o executivo do novo município, que nesse período tinha aproximadamente 600 eleitores. Somente, no mês de abril de 1963 é que iniciou as atividades do legislativo, sendo discussões corridas em torno de duas indicações do prefeito Roduzindo Alves dos Santos (NOVAIS, 2007).

Sua economia é centrada na lavoura cafeeira, que responde a 83% da atividade econômica do município e da ocupação da mão de obra. Antes da implantação da cultura cafeeira, as atividades econômicas eram a pecuária extensiva e a agricultura de feijão, milho e

mandioca que atendia às necessidades da população e o excedente era comercializado nas localidades próximas (PMBC, 2010). Ainda, segundo a PMBC, as principais atividades econômicas do município, atualmente, além da cafeicultura, são:

- a) Culturas anuais: feijão e milho 4.000 hectares.
- b) Fruticultura: banana 1.500 hectares.
- c) Bovinocultura leiteira: 11.000 cabeças; usina coletiva com capacidade para o processamento de 5.000 litros de leite por dia.
- d) Apicultura: 50 toneladas de mel por ano, com 2.000 colmeias.
- e) Floricultura: Associação de produtores (Barra Flora com 60 associados), com área cultivada de 15.000 metros quadrados (10.000m<sup>2</sup> de estufa e 5.000m<sup>2</sup> ao ar livre).
- f) Agroindústria: atualmente existem em Barra do Choça: 01 usina de leite, 01 fábrica de iogurte, 01 associação de torrefadores de café e uma fábrica de refrigerantes.

O Produto Interno Bruto do município, em 2010, foi cerca de R\$ 245 milhões, segundo dados do IBGE (2010). A renda per capita a preços correntes é R\$ 7.039,54 (IBGE, 2010) e o IDH municipal é 0,577, considerado baixo (PNUD, 2013).

#### *4.1.2 A COOPERBAC*

Situada na Cidade de Barra do Choça – Bahia, a Cooperativa Mista de Agricultores de Barra do Choça e Região Ltda. – COOPERBAC foi fundada no dia 20 de dezembro de 2007 por pequenos agricultores rurais, que estavam organizados em associações, com a finalidade de reinseri-los socioeconomicamente. A COOPERBAC possui atualmente uma estrutura bem definida e uma posição de destaque na Cidade de Barra do Choça e Região, na Figura 2, pode-se observar a logo da Cooperativa.



**Figura 2** Logo da Cooperbac

**Fonte:** Embrapa, 2014

A COOPERBAC possui uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal e um Conselho de Ética.

A COOPERBAC congrega os agricultores da seguinte forma:

- a) Viabilizando a comercialização da produção, com o acréscimo de produtos advindos de outras associações cadastradas;
- b) Estabelecendo estreita relação com os órgãos públicos atuantes no setor;
- c) Obtendo, junto às instituições financeiras, recursos para financiamento de custeio da produção, industrialização e comercialização dos produtos;
- d) Promovendo a capacitação cooperativista e profissional do quadro funcional, social, executivo e diretivo;
- e) Promovendo, defendendo e divulgando os ideais cooperativistas, contribuindo para a expansão do cooperativismo;
- f) Realizando suas atividades sem finalidade lucrativa própria e sem discriminação política, religiosa, racial e social;
- g) Representando os sócios como mandatária. (REIS; RIBEIRO, p.31, 2013).

Atualmente, a COOPERBAC realiza a venda de seus produtos principalmente através dos Programas PAA e PNAE nos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista. Contudo, a Cooperativa ainda possui como cliente os atacadistas do Centro de Abastecimento de Vitória da Conquista.

Vale ressaltar, ainda, que atualmente a COOPERBAC possui 152 cooperados, sendo que destes, 35 fazem parte do Programa PNAE.



Originada a partir de uma barraca de palha que ficava as margens da estrada que dava acesso as cidades de Valença, Nazaré e Aratuípe, o Tabuleiro de Liberia<sup>19</sup>, atual município de Presidente Tancredo Neves, foi um importante ponto comercial que vendia alimentos e bebidas aos tropeiros que transportavam cargas em lombo de animais para as cidades supracitadas. Todavia, com o início das obras para construção da BA-002, surgiram pontos comerciais que, futuramente, passaram a dar lugar aos novos moradores daquela localidade. Já como povoado e com a mudança do Sr. José Pereira, proprietário da Fazenda Paraíso, para aquela localidade, o Tabuleiro de Liberia passou a se chamar Itabaiana<sup>20</sup> (IBGE, 2014).

Em 1957, com o surgimento da BR-101, Itabaiana começou a desenvolver-se com rapidez, em função da maior facilidade no transporte de cargas, por caminhões. Logo após, em 1968, a BR-101 foi asfaltada, dando um impulso progressivo para a região.

Até 1989 Itabaiana pertencia ao município de Valença, contudo no ano de 1988 realizou-se um plebiscito onde os eleitores decidiram pela emancipação do povoado. A emancipação política elevou o município a cidade de Presidente Tancredo Neves e tornou-se realidade em 24 de fevereiro de 1989, aprovada pela Lei Estadual nº 4.836, e publicado no Diário Oficial no dia 25 de fevereiro de 1989.

A economia do município baseia-se principalmente dos produtos agrícolas. Os mesmos são comercializados na feira local que sempre teve lugar de destaque no comércio da região. Além desses produtos são negociados roupas e alimentos (carnes, peixes, legumes, verduras, etc.).

#### 4.2.2 COOPATAN

Fundada em 18 de julho de 2000 por 30 Produtores Rurais de mandioca, a Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves - COOPATAN busca atuar como agente de transformação financeira, social, econômica e solidária na região, além de garantir a oferta de produtos de qualidade aos parceiros sociais e clientes.

A COOPATAN possui uma equipe administrativa muito bem organizada e tem como principal objetivo, baseando-se na colaboração recíproca e ajuda mútua, a geração de trabalho e renda, assim como o fomento do capital humano.

---

<sup>19</sup> Nome originado da dona do tabuleiro, Srª Liberina.

<sup>20</sup> Nome de origem indígena que significa “Ita - pedra e baína – rama”. Uma característica muito forte da região.



**Figura 3:** Logo COOPATAN

**Fonte:** COOPATAN, 2015

A **missão da cooperativa** é “oferecer ao Consumidor Final produtos alimentícios rastreáveis, de alta qualidade, certificados, com a oportunidade de aderir direta e efetivamente à inclusão produtiva relevante de famílias agrícolas, contribuindo assim para o surgimento de uma nova classe média rural”.

A **visão** é “Ser referência em sustentabilidade associativa, empresarial, ambiental e técnica na região, através da qualidade dos seus produtos e inclusão social dos seus cooperados.”

A COOPATAN, atualmente, possui 326 cooperados, sendo que destes 6 fazem parte do PNAE.

As famílias cooperadas tem acesso à tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que implantou um Campo de Experimentação no município de Presidente Tancredo Neves. Técnicas de manejo do solo, contenção de encostas, produção e beneficiamento garantem maior qualidade e produtividade: a média passou de 9 t/ha para 20 t/ha de mandioca, com picos de 68 t/ha em algumas propriedades. Os cooperados recebem manivas adequadas à região, que são propagadas rapidamente em uma câmara especial, livres de pragas e doenças (COOPATAN, 2015).

### 4.3 Perfil dos Cooperados

Inicialmente, buscou-se identificar o perfil dos cooperados, das duas Cooperativas, para, posteriormente, conhecer melhor o papel deles dentro do seu ambiente de trabalho e na sociedade como um todo.

**Tabela 1:** Frequência de gênero, faixa etária e estado civil dos cooperados da COOPATAAN

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		ESTADO CIVIL	
<b>FEMININO</b>	50%	≤ 35 anos	50%	Solteiro(a)	100%
<b>MASCULINO</b>	50%	De 36 a 46 anos	50%	Casado(a)	0%
		De 47 a 57 anos	0%	Divorciado(a)	0%
		De 58 a 68 anos	0%	Outros	0%
		≥ 68 anos	0%		

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015

Segundo a Tabela 1, a COOPATAN é formada por homens e mulheres em igual número, com idade de até 46 anos e solteiros.

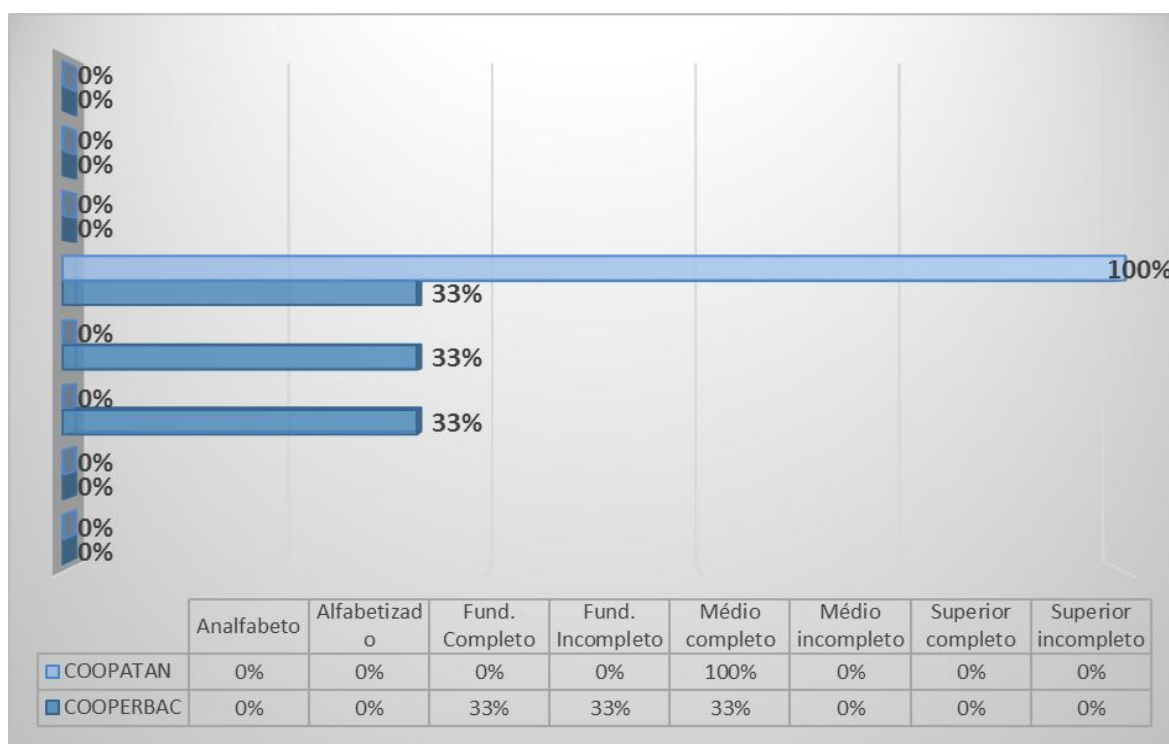
Já a COOPERBAC é formada em sua maioria por homens, com idade média entre 36 e 57 anos e que têm ou já tiveram um relacionamento sério (casado e/ou divorciado, Tabela 2).

**Tabela 2:** Frequência de gênero, faixa etária e estado civil dos cooperados da COOPERBAC

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		ESTADO CIVIL	
<b>FEMININO</b>	0%	≤ 35 anos	0%	Solteiro(a)	0%
<b>MASCULINO</b>	100%	De 36 a 46 anos	67%	Casado(a)	67%
		De 47 a 57 anos	33%	Divorciado(a)	33%
		De 58 a 68 anos	0%	Outros	0%
		≥ 68 anos	0%		

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Usualmente, tanto na agricultura familiar quanto em outros ambientes, entendem-se a figura masculina como aquele que “reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho” (Woortmann,1997). Essa ideologia da centralidade do pai ou do homem como o dono do saber, a exemplo na agricultura familiar, nega a existência de “famílias monoparentais femininas”<sup>21</sup> nesse modo de produzir. As famílias monoparentais femininas na agricultura familiar são mais vistas nas áreas da região semi-árida nordestina, em função da migração masculina, principalmente em épocas das secas. Contudo, conforme exemplificado na Tabela 1, através dos dados na COOPATAN, identifica-se um aumento na participação da mulher nos ambientes de negócio, em especial da agricultura familiar.



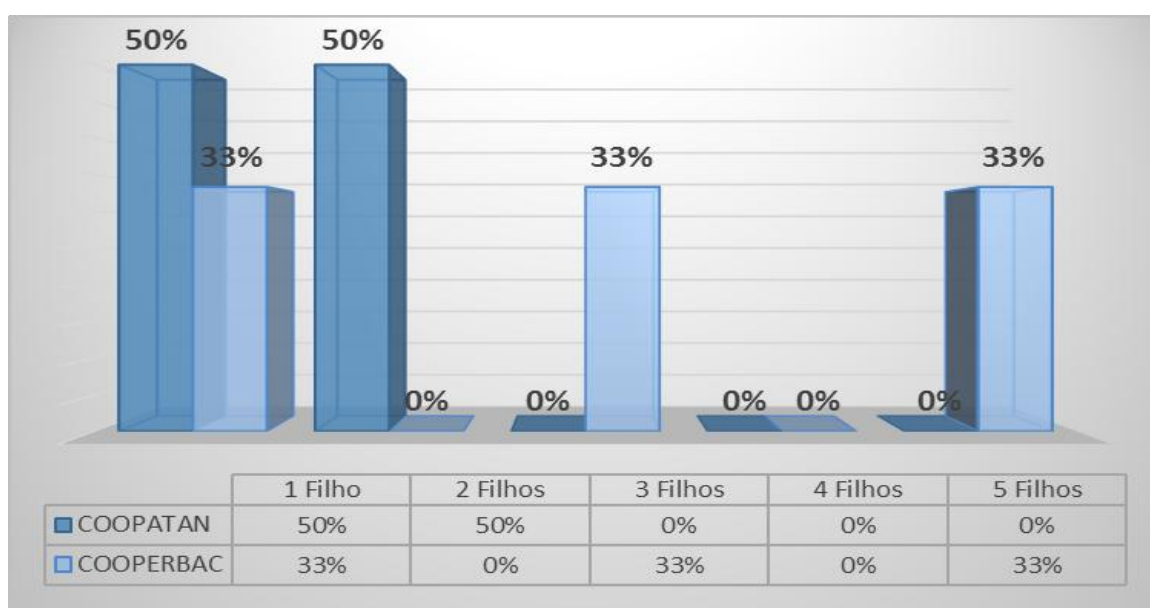
**Gráfico 1:** Escolaridade

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015

Na análise do Gráfico 1 observa-se o grau de escolaridade dos agricultores pesquisados. Sendo que, na COOPATAN, 100% dos agricultores familiares possuem o ensino médio completo e na COOPERBAC apenas 33,00% não concluíram o ensino fundamental enquanto que 66,66% concluíram o fundamental e médio, demonstrando assim, nas duas Cooperativas, um grau de asceção na escolaridade dos agricultores. Apesar de ser sabido a

<sup>21</sup> Famílias de mulheres sem cônjugues e com filhos.

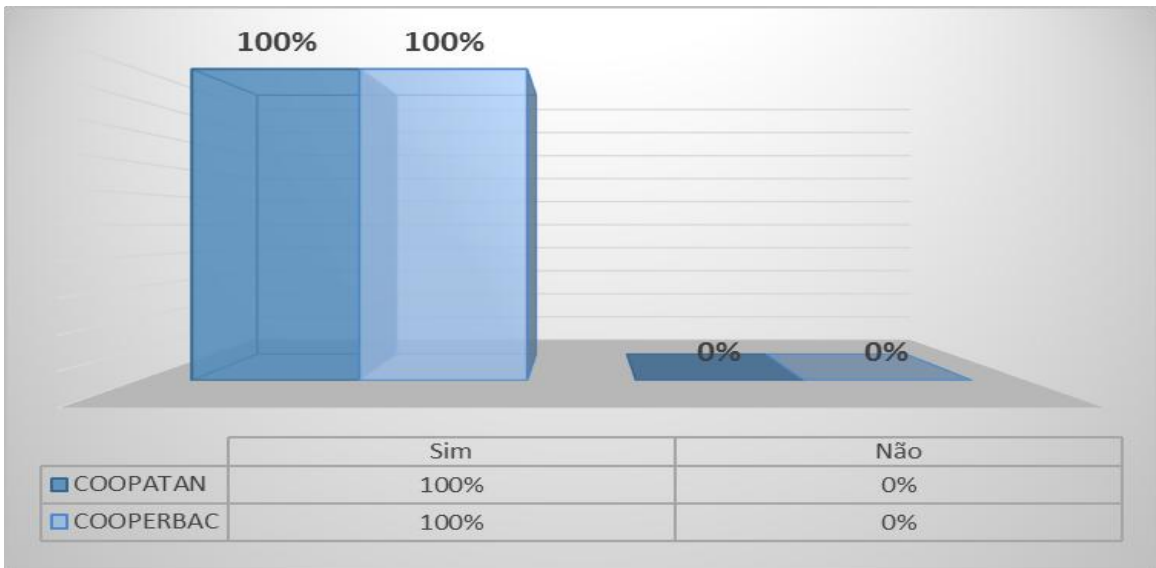
importância que a educação tem na vida de um cidadão e em especial do agricultor familiar, a maioria das vezes, a evasão escolar é visualizada, pois, em diversas situações cabe a este agente econômico escolher entre a capacitação sua e dos seus familiares ou a falta de recursos financeiros para mantê-las, acabando assim, por não realizar os investimentos necessários na educação. Contudo, com a modernização dos modos de produção, cada vez mais, o homem do campo se vê obrigado a aprender novas tecnologias e técnicas de produção, sendo ele obrigado a ter que se qualificar.



**Gráfico 2:** Quantidade de filhos  
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Em relação a família, todos os respondentes possuem filhos. Na COOPATAN, as famílias são compostas por até dois filhos, enquanto que na COOPERBAC, em porcentagem igual a 33% cada, os respondentes possuem um, três e cinco filhos (Gráfico 2).

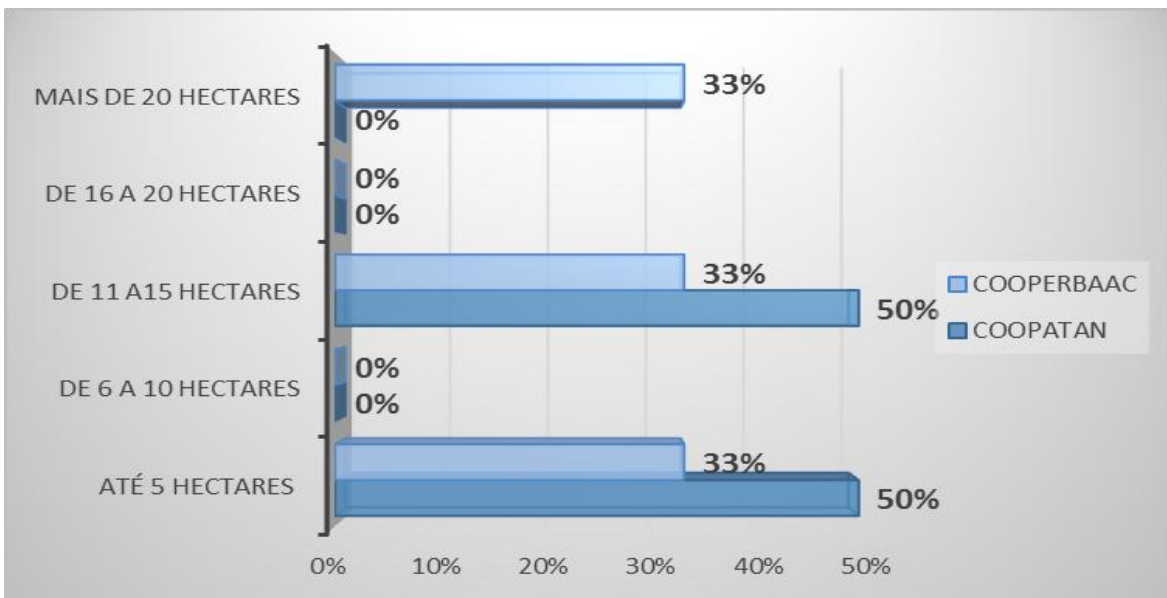
Ainda em relação a família, nas duas Cooperativas 100% dos associados participam das rotinas agropecuárias.



**Gráfico 3:** Participação de todos os membros da família nas atividades do campo  
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015

Tal constatação se dá, conforme já esperado, pelo do tamanho das propriedades (Gráfico 4). Normalmente, as propriedades menores são geridas pela própria família, conforme a nomenclatura “Agricultor familiar” já expressa, enquanto que as propriedades maiores, devido a sua amplitude e necessidade de maior mão de obra, requerem a contratação de funcionários, extrapolando os limites da família e dando lugar aos colaboradores assalariados e celetistas, ou seja, passando a se tornar uma propriedade patronal.

Assim, através do Gráfico 4, pode-se identificar o tamanho das propriedades das Cooperativas COOPERBAC e COOPATAN.

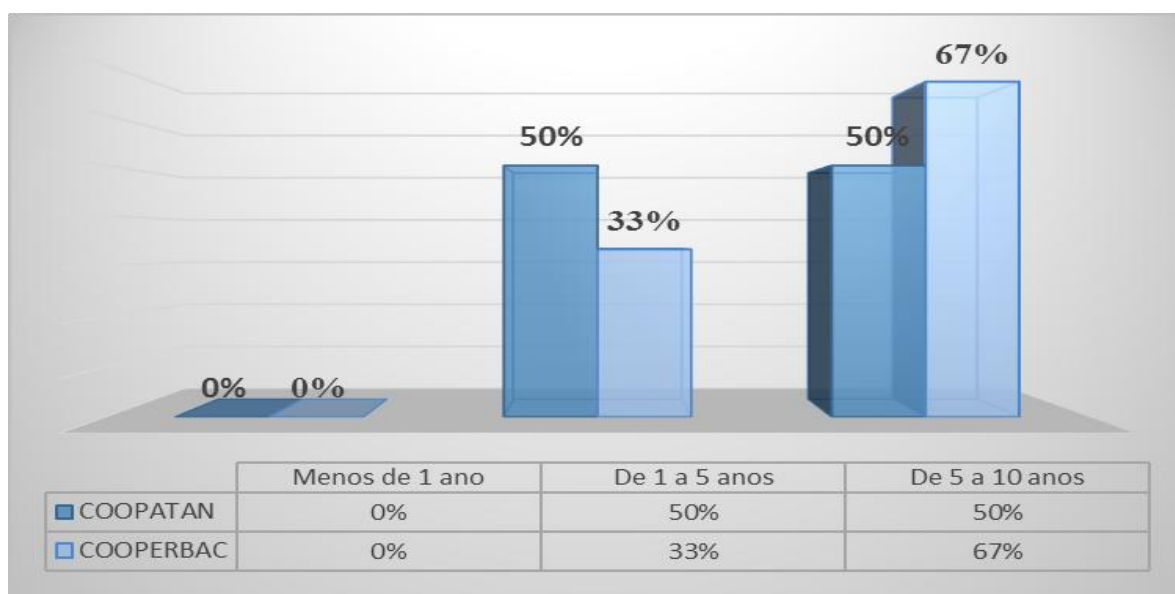


**Gráfico 4:** Tamanho da Propriedade  
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015

As propriedades dos associados da COOPERBAC variam entre os tamanhos de até 5 ha (33%); de 11 a 15 ha (33%) e mais de 20 ha (33%). Enquanto que na COOPATAN, as propriedades possuem, em média, tamanhos de até 5 ha (50%) e de 11 a 15 ha (50%) (Gráfico 4). Conforme já descrito no referencial teórico, segundo a Lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979, a medida agrária usada no Brasil é a de Módulo Fiscal. Este, corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que ela seja economicamente. Todavia, o tamanho do módulo rural varia a depender do município de 5 a 110 ha. Normalmente, dentre os padrões mais utilizados<sup>22</sup>, os módulos rurais dos pequenos agricultores<sup>23</sup> necessitam ter até quatro módulos fiscais. Dessa forma, conclui-se que todos os cooperados entrevistados se encaixam nestes pré-requisito.

#### 4.4 Relação Cooperado versus Cooperativa

Este tópico busca expressar a relação existente entre os cooperados e as cooperativas em estudo. Para isso, questionou-se aos respondentes a quanto tempo os mesmos participam de suas Cooperativas.



**Gráfico 5:** Período como cooperado

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

<sup>22</sup> Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo rural; O conceito de minifúndio está atrelado ao módulo rural, variável de acordo com o tipo de exploração; Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais; Grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

<sup>23</sup> A Lei 8.629/1993 estabelece que pequena propriedade é o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais

Assim, observou-se que nas duas Cooperativas, os cooperados possuem entre 1 e dez anos de associação, sendo que na COOPATAN 50% estão associados entre 1 e 5 anos e os demais 50% entre 5 e 10 anos. Na COOPERBAC, os associados que possuem entre 1 e 5 anos de associação e são representados por 33% do universo, enquanto que os 67% restantes compreendem os que possuem entre 5 e 10 anos.

Um período maior de associação a cooperativa, conforme é evidenciado nos dois objetos de estudo, causa uma sensação de estabilidade para as duas partes, assim como de responsabilidade. Pois, quanto maior o tempo de associação, os cooperados desenvolvem um grau de comprometimento maior, assim como, a cooperativa fortalece as suas bases e passa a cada dia mais desenvolver o seu trabalho de forma mais eficaz e eficiente, além de permitir a ampliação de suas dependências e produção, possibilitando, no caso das Cooperativas em estudo, a possibilidade de implantação de novos programas/políticas públicas.

Quando questionados sobre a melhoria de vida, 100% dos cooperados das duas Cooperativas afirmaram que melhorou “Muito” (Tabela 3). Esses índices demonstram que os cooperados se sentem muito realizados com as suas Cooperativas.

**Tabela 3:** Percepção dos cooperados da COOPERBAC e da COOPATAN sobre a melhoria de vida e situação econômica após a inserção em suas cooperativas

	Melhoria na condição de vida		Melhoria na situação econômica		
	COOPERBAC	COOPATAN		COOPERBAC	COOPATAN
<b>Muito</b>	100%	100%	Sim, melhorou	100%	100%
<b>Pouco</b>	0%	0%	Pouco	0%	0%
<b>Não melhorou</b>	0%	0%	Não melhorou	0%	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Mesmo que às vezes não seja tão perceptível aos olhos de todos os cooperados, a filiação a uma cooperativa ajuda no desenvolvimento econômico dos mesmos. Mesmo que as vezes pequena e/ou pouco perceptível para alguns, o desenvolvimento existe, como afirma Bialoskorski Neto (2004). As cooperativas criam na sociedade empregos, renda e provê poder de barganha. A cooperativa devolve o respeito ao cidadão resgatando a cidadania e o re e/ou inserindo na sociedade seja ela de forma física e/ou econômica. Contudo, tanto na COOPERBAC como na COOPATAN, todos os cooperados afirmam que sua situação

econômica melhorou após a inserção na cooperativa, demonstrando que estão muito satisfeitos em relação às suas Cooperativas é satisfatório.

O sentimento de satisfação dos cooperados em relação às suas respectivas cooperativas é de 100% “muito satisfeito”.

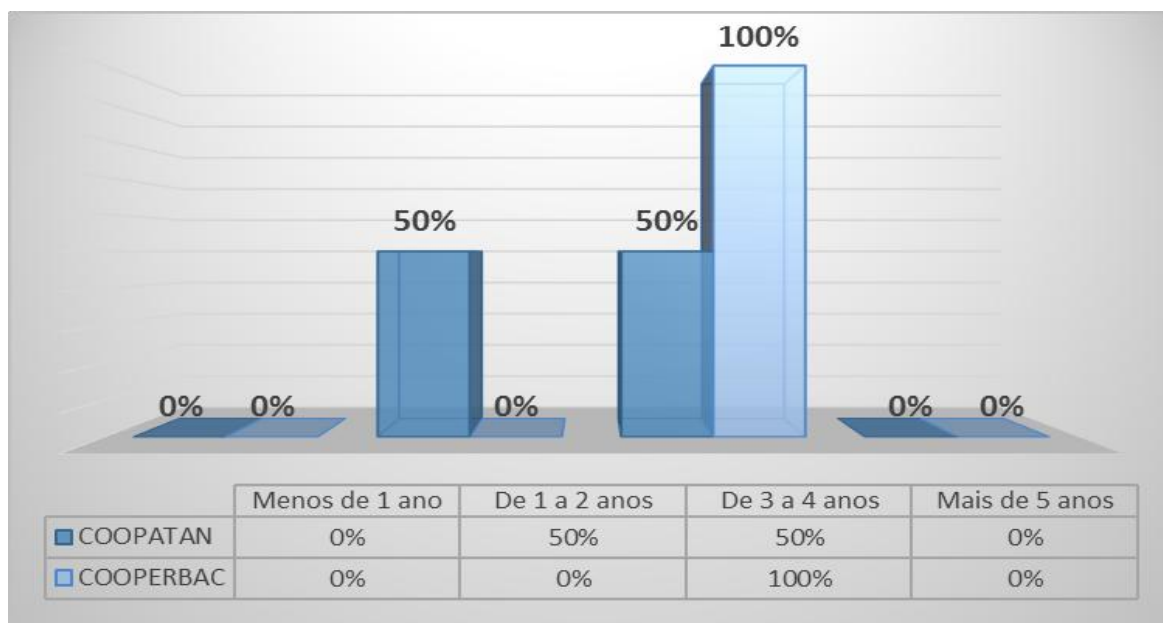
Tais dados levam à conclusão que há um bom relacionamento entre as Cooperativas e os cooperados, pois em todos os questionamentos referentes ao envolvimento entre os dois agentes tiveram respostas positivas e favoráveis. Tal resultado é excelente para o desenvolvimento do trabalho na cooperativa, do cooperado e da sociedade como um todo.

#### **4.5 Cooperativa versus PNAE**

Quanto ao desenvolvimento do Programa PNAE nas Cooperativas COOPERBAC e COOPATAN, buscou-se mensurar através das respostas dos cooperados e dos dirigentes das Cooperativas um diagnóstico.

##### *4.5.1 Visão e vivência do Cooperado no Programa PNAE*

Na COOPATAN, dentro do universo de 326 cooperados apenas 6 fazem parte do Programa PNAE. Dentre os entrevistados nesta Cooperativa, 50% estão participando do programa entre 1 e 2 anos, enquanto que 50% estão entre 3 e 4 anos (Gráfico 6).



**Gráfico 6:** Tempo de participação no PNAE

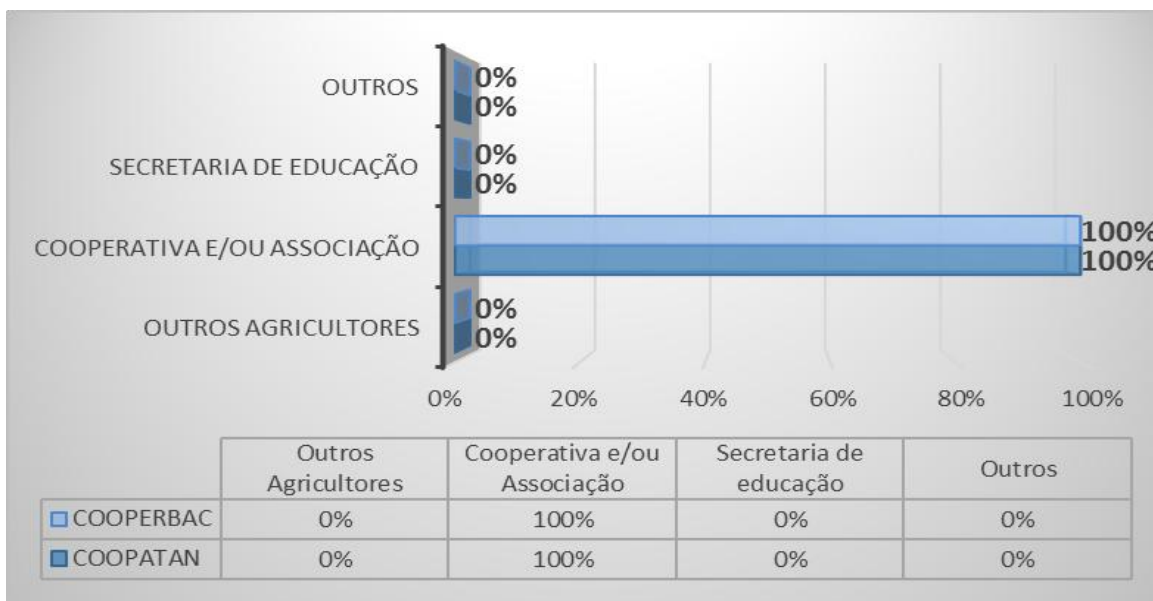
**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Na COOPERBAC, dos 152 cooperados da Cooperativa, apenas 35 participam do PNAE. Assim, 100% dos respondentes alegam terem entre 3 e 4 anos de participação no Programa.

Considerando que o PNAE foi implantado no ano de 1955 e que as Cooperativas COOPERBAC e COOPATAN, fundadas, respectivamente, nos anos de 2007 e 2000, pode-se considerar que período de atuação no programa é pequeno, tanto pelos cooperados conforme descrito a cima, como pela cooperativa<sup>24</sup>, conforme será descrito no próximo tópico.

Ainda, no que tange ao Programa, foi questionado aos cooperados das duas cooperativas a forma como os mesmos tomaram conhecimento sobre a existência do PNAE e, mais uma vez, as respostas relacionadas as duas cooperativas foram similares. 100% dos respondentes da COOPERBAC e da COOPATAN afirmam que o seu conhecimento sobre a existência do PNAE surgiu a partir da própria Cooperativa e/ou de Associações.

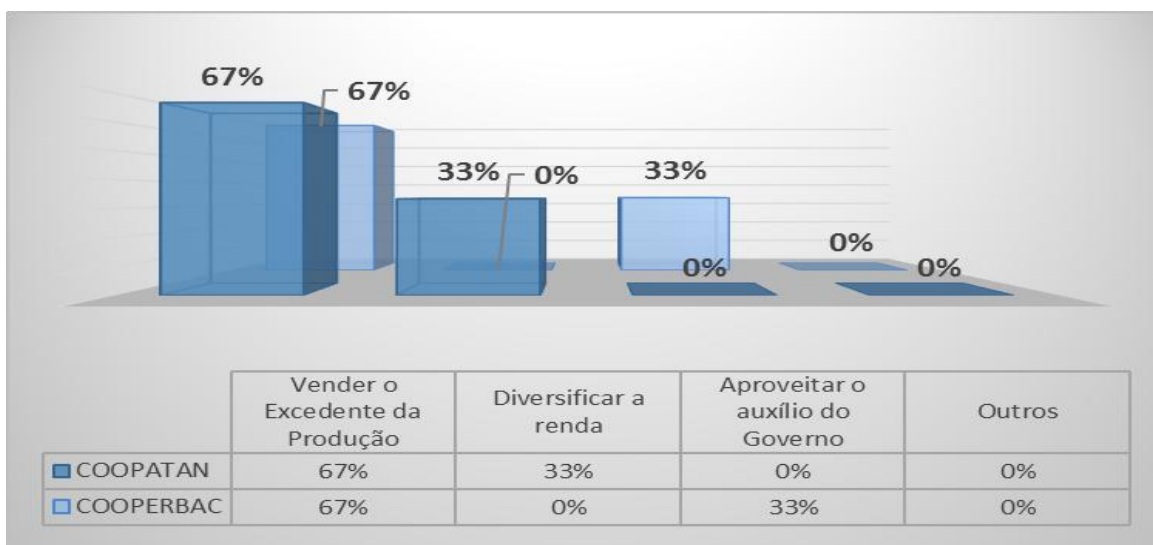
<sup>24</sup> As duas cooperativas participam do programa a cerca de dez anos, conforme será descrito no tópico 4.5.2 Visão e vivência da Cooperativa no Programa PNAE.



**Gráfico 7:** Forma como conheceu o PNAE

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

A motivação para participarem do Programa reside basicamente na COOPATAN, em vender o excedente da sua produção (67%) e na possibilidade de diversificar sua renda (33%), conforme Gráfico 8.



**Gráfico 8:** Porque entrou no PNAE

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Quanto a COOPERBAC, os motivos que levaram os cooperados a participarem do Programa, foram, também, a possibilidade de vender o excedente da produção (67%) e de aproveitar o auxílio do Governo (33%) através das políticas públicas de incentivo ao homem do campo. Dessa forma, a utilização da Cooperativa como meio de ligação entre essa Política Pública e o Pequeno Agricultor, foi de extrema importância e confirmada através da

unanimidade (100%), nas duas cooperativas, da participação no PNAE ser realizada apenas com a parceria Cooperado *versus* Cooperativa. Não tendo nenhum dos respondentes afirmado possuir um envolvimento com o Programa sozinho ou com outros agricultores (Tabela 4).

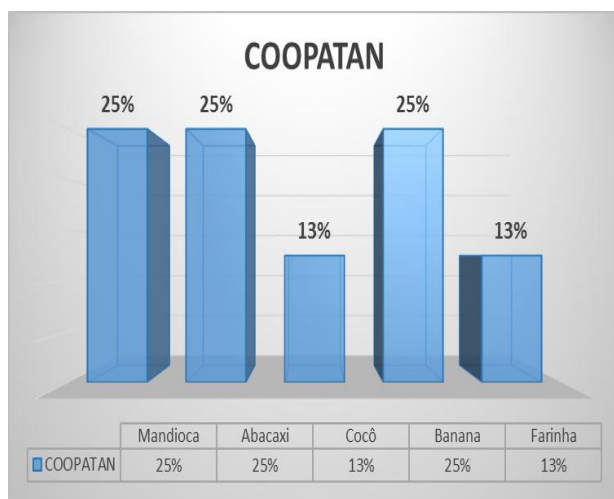
**Tabela 4:** Dados em porcentagem referentes ao modo e motivo de participação no PNAE

	Como participa do PNAE		A participação do PNAE	
	COOPERBAC	COOPATAN	COOPERBAC	COOPATAN
<b>Sozinho</b>	0%	0%	<b>Antes da Cooperativa</b>	0% 50%
<b>Na Cooperativa</b>	100%	100%	<b>Depois da Cooperativa</b>	100 % 50%
<b>Com outro grupo de agricultores</b>	0%	0%		
<b>Outros</b>	0%	0%		

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

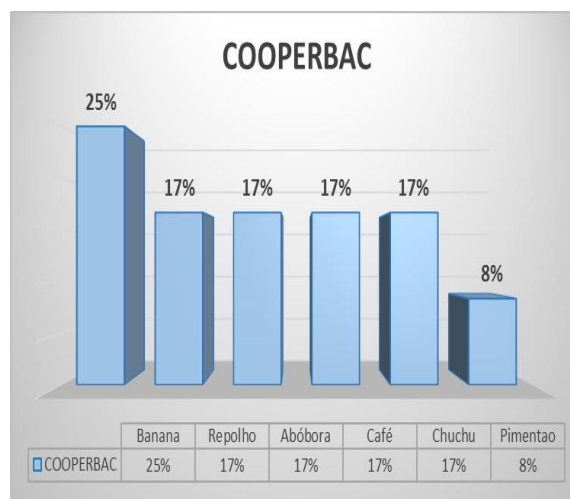
Buscando uma reafirmação dos dados, foi questionado aos respondentes como se deu a participação deles no PNAE. Os cooperados da COOPERBAC foram isenridos nesta política pública 100% através da Cooperativa, contudo, na COOPATAN, apesar de terem declarado que o seu contato e vínculo com o Programa ter sido realizado apenas com a Cooperativa, 50% declararam que a participação no PNAE se deu antes da Cooperativa, enquanto que os outros 50% declaram ter sido após a entrada na Cooperativa (Tabela 4). Tais dados podem se justificar, por uma possível participação no Programa anteriormente sem que este percentual de cooperados ainda estivesse vinculado a Cooperativa ou que não conhecesse a Participação da Cooperativa no Programa. Ainda, a utilização de uma Cooperativa no intermédio de venda de produtos é essencial, não apenas através da participação no PNAE, como com qualquer outra mercadoria e/ou Programa, pois a Cooperativa exerce papel importante na eliminação do atravessador e possibilita um poder maior de barganha ao negociar não apenas a produção de um cooperado, como o lote de vários cooperados.

Em relação aos produtos comercializados nas duas Cooperativas, observar-se uma grande diversidade de alimentos, tendo como enfoque principal na COOPATAN os alimentos: mandioca, abacaxi, coco, banana e farinha. Já na COOPERBAC, destaca—se a produção de banana, repolho, abóbora, café, chucu e pimentão, Gráficos 9.1 e 9.2.



**Gráfico 9.1** - Produtos comercializados COOPATAN

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.



**Gráfico 9.2** - Produtos comercializados COOPERBAC

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O retorno financeiro proveniente da venda dos produtos ao PNAE, segundo os cooperados das duas Cooperativas, são suficientes para cobrir as despesas com a produção, Tabela 5.

**Tabela 5:** Dados em porcentagem referentes aos ganhos com o PNAE

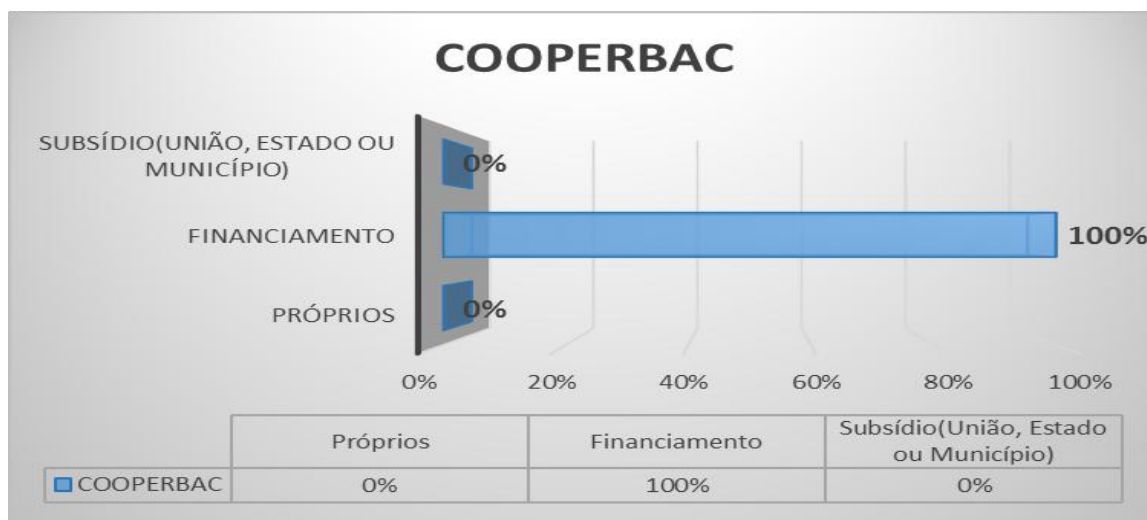
	O preço pago pelos produtos entregues ao PNAE é suficiente para cobrir as despesas com a produção		A renda anual proveniente do PNAE é suficiente para cobrir as despesas da propriedade	
	COOPERBAC	COOPATAN	COOPERBAC	COOPATAN
<b>Sim</b>	100%	100%	67%	100%
<b>Não</b>	0%	0%	33 %	0%
			0 %	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Ainda o que tange aos ganhos provenientes do PNAE, os cooperados da COOPATAN, afirmaram sim (100%) que o valor total recebido por ano é suficiente para cobrir as despesas e melhorar a renda da propriedade. No entanto, na COOPERBAC, 33% dos cooperados destacam ser apenas razoável o valor obtido por ano do PNAE, não sendo este suficiente para o crescimento da propriedade. Os demais 67%, assim como os respondentes da COOPATAN, afirmam ser suficiente o valor obtido através do Programa.

Para ingressarem no PNAE, nenhum dos cooperados da COOPATAN tiveram que realizar investimento em suas propriedades.

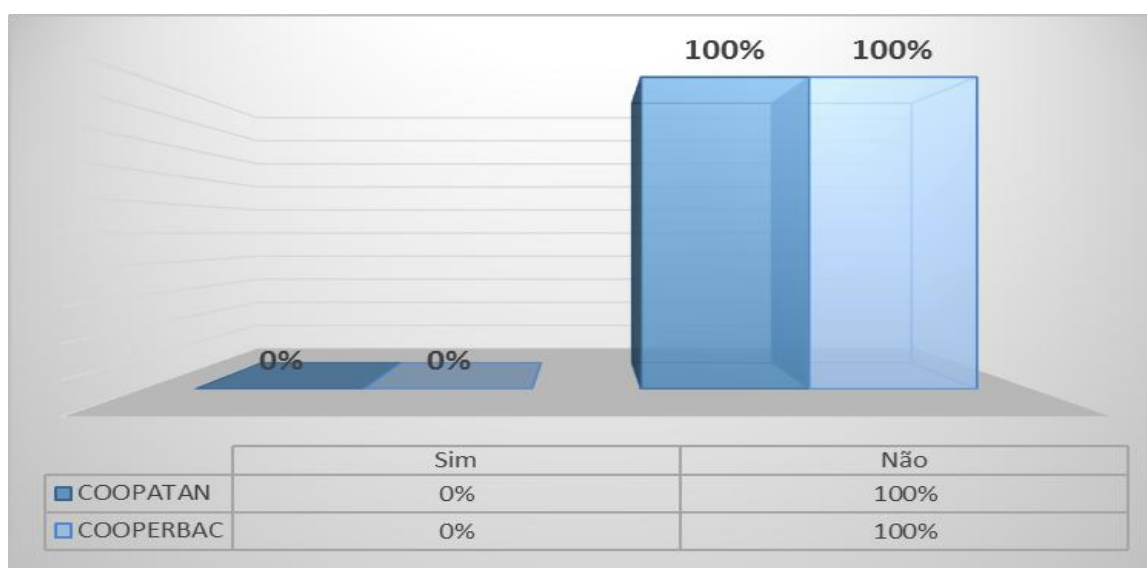
Quanto às possibilidades de crédito para investimento rural, todos os cooperados da COOPERBAC se apoiaram no financiamento rural.



**Gráfico 10:** Investimento realizado pelos cooperados da COOPERBAC

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015

Outro achado da pesquisa que chama a atenção é a existência de excedente de fatores de produção nas unidades agrícolas dos associados das duas cooperativas, visto que 100% dos produtores não ampliaram a propriedade diante da demanda por produtos com a participação no PNAE. Por outro lado, as cooperativas realizaram investimentos.

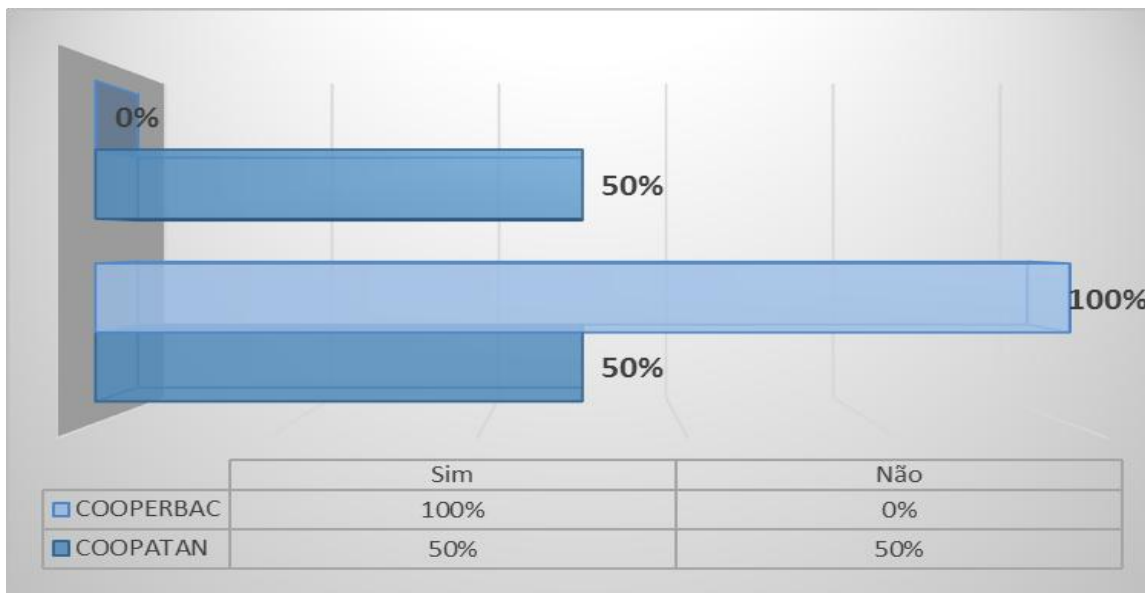


**Gráfico 11:** Necessidade de aumentar a propriedade para participar do PNAE

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015

Na COOPERBAC, 100% dos cooperados afirmaram que uma possível suspensão do PNAE traria consequências ao seu cotidiano, como a necessidade de comercialização dos seus

produtos em outros mercados, a redução da produção dos produtos hoje cultivados, assim como a diminuição da sua renda.

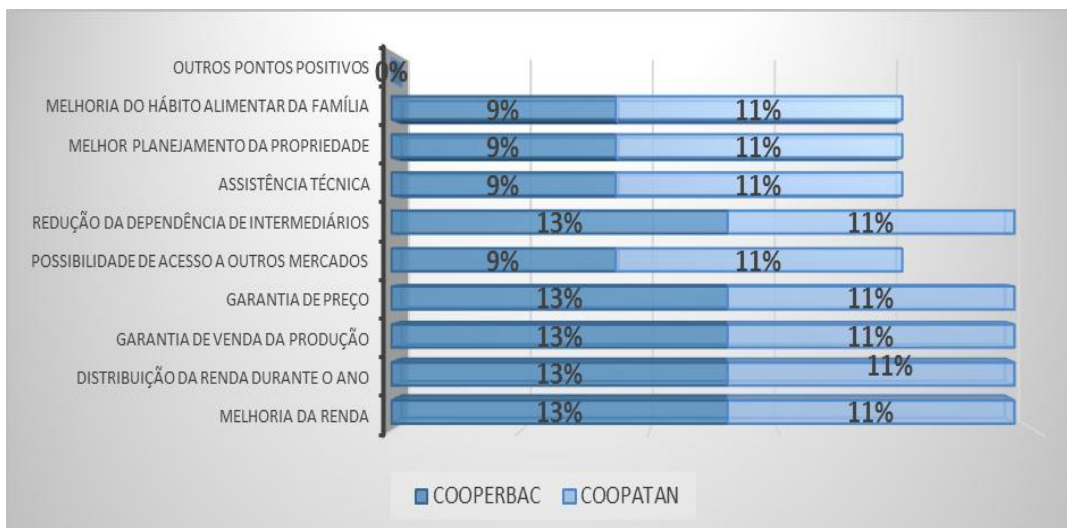


**Gráfico 12:** A Extinção do PNAE ou do relacionamento traria consequências ao agricultor

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Todavia, na COOPATAN, os respondentes encontraram-se em situação mais favorável, pois apesar de 50% dos entrevistados afirmarem que a extinção do PNAE ou do relacionamento traria consequências negativas para os mesmos, os outros 50% demonstram que apesar de terem consequências negativas, também, possuem capacidade de produção e renda para sobreviverem sem os recursos provenientes do Programa.

O PNAE por sim só, traz grandes benefícios para o desenvolvimento social e financeiro das Cooperativas e seus cooperados. Assim, essa pesquisa também buscou conhecer os pontos positivos e negativos do PNAE.



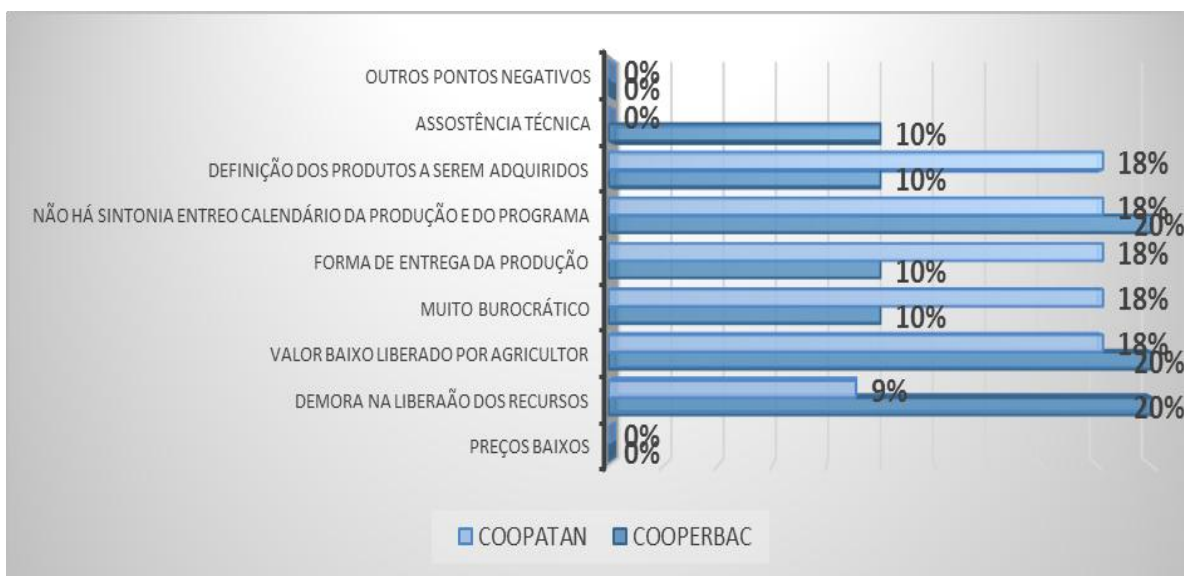
**Gráfico 13:** Pontos positivos do PNAE

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Na visão dos cooperados da COOPATAN, os principais pontos positivos do PNAE são a melhoria de renda (11%) que o Programa trouxe para os agricultores familiares, bem como a possibilidade de uma renda estável durante todo o ano (11%), através da venda garantida (11%) e por preços pré-estabelecidos (11%). O Programa, ainda, permite a possibilidade de acesso a outros mercados (11%), assistência técnica de profissionais da área (11%) e um melhor planejamento da propriedade (11%) e etc, Gráfico 16.

O Gráfico 16 mostra que para os cooperados da COOPERBAC os principais pontos positivos do PNAE, são a melhoria de renda familiar (13%), garantia de venda dos seus produtos (13%) e uma renda estável durante todo o ano (13%) e por preços pré-estabelecidos (13%).

Por outro lado, os principais pontos negativos relacionados pelos cooperados da COOPERBAC são a falta de adequação entre o calendário de produção dos alimentos e as demandas do PNAE (20%), o baixo valor liberado por agricultor (20%) e a demora em liberar os recursos do Programa (20%). Os demais 40%, foram distribuídos entre os pontos de logística, burocracia do Programa, assistência técnica e escolha dos produtos (Gráfico 17).



**Gráfico 14:** Pontos negativos do PNAE

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2015.

Quanto aos cooperados da COOPATAN, o Gráfico 14 mostra que os principais pontos negativos apresentados por eles, estão o valor baixo liberado por agricultor (18%), a burocracia (18%), a logística de entrega dos produtos (18%), o calendário de produção dos alimentos com o do Programa (18%) e a definição de quais produtos devem ser comercializados (18%).

Todos os cooperados das duas cooperativas desejam que o PNAE permaneça. Os agricultores, ainda acrescentaram que acham que o Programa poderia sofrer alguns ajustes, como: adequação do calendário com o período de produção de determinados alimentos, comprar durante o ano inteiro<sup>25</sup>, aumentar a quantidade de produtos solicitados, bem como aumentar e agilizar a quantidade de recuso liberados.

#### 4.5.2 Visão e vivência da Cooperativa no Programa PNAE

Buscando alinhar e reafirmar as informações obtidas através dos questionários aplicados aos cooperados, entrevistou-se as responsáveis legais pelas duas Cooperativas.

Inicialmente, questionou-se a Sr<sup>a</sup> Joara Silva de Oliveira, representante da COOPERBAC, e a Sr<sup>a</sup> Ednalva Santana Lima, representante da COOPATAN, se os membros da Cooperativa tem participado regularmente de treinamentos e capacitações.

<sup>25</sup> O PNAE é desenvolvido apenas durante o período letivo, ocorrendo, normalmente, por cerca de dez meses durante o ano.

**Tabela 6:** Oferta e participação de treinamentos e capacitações

Participação em treinamentos			Se sim, através de		
	COOPERBAC	COOPATAN		COOPERBAC	COOPATAN
<b>Sim</b>	X	X	<b>SEBRAE</b>	X	X
<b>Não</b>	-	-	<b>PANGEA</b>	-	-
			<b>Estado/Governo</b>	X	-
			<b>Outros</b>	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

As duas Cooperativas se mostram atualizadas quanto a participação do PNAE. A COOPATAN e a COOPERBAC têm se capacitado através do SEBRAE e está última, também, através do Estado/Governo. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) busca realizar reuniões no decorrer do ano como forma de se aproximar dos entes federados que executam a política de alimentação escolar. A última reunião ocorreu em 13 de agosto no Estado de Minas Gerais em parceria com a Secretaria de Educação do Município e serviu para tirar dúvidas dos participantes (FNDE, 2015).

**Tabela 7 -** Possui assessoria ou capacitação continuada

A Cooperativa recebe assessoria ou capacitação continuada			Se sim, em quais de áreas		
	COOPERBAC	COOPATAN		COOPERBAC	COOPATAN
<b>Sim</b>	X	X	<b>Administrativa</b>	X	-
<b>Não</b>	-	-	<b>Financeiro</b>	-	X
			<b>Produção</b>	-	X
			<b>Logística</b>	X	-
			<b>Cooperativista</b>	X	-
			<b>Outros</b>	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Segundo as duas entrevistadas, atualmente as Cooperativas COOPERBAC e a COOPATAN recebem assessoria e/ou capacitação continuada, principalmente do SEBRAE. Na COOPERBAC a capacitação é voltada para as áreas administrativas, cooperativista e de logística. Enquanto que na COOPATAN, as áreas atendidas são a financeira e de produção. Todas as áreas são de extrema importância em qualquer organização, porém, elas têm sido trabalhadas em cada Cooperativa focando nas dificuldades e necessidades individuais de cada uma.



O cooperativismo ganhou mais força dentro da ótica da economia solidária, além disso, vários incentivos foram direcionados para as pessoas jurídicas da agricultura familiar, tanto em relação ao financiamento e custeio de projetos quanto na assistência técnica o que proporcionou que as instituições e principalmente as cooperativas ficassem mais fortalecidas (PAZ E SANTOS, p.12, 2014).

Dentre os incentivos destinados aos agricultores familiares, sejam eles representados como pessoa física, jurídica ou através de associações e/ou cooperativas, está em especial as políticas públicas do PNAE, PAA e PRONAF. Assim, buscando mensurar a quantidade de projetos que as Cooperativas COOPERBAC e COOPATAN têm participando, questionou-se as duas entrevistadas quais os Programas de Políticas Públicas que as suas cooperativas participam

**Tabela 10** - Programas que a Cooperativa participa

<b>Programas de Políticas Públicas que a Cooperativa Participam</b>		
	<b>COOPERBAC</b>	<b>COOPATAN</b>
<b>PRONAF</b>	X	X
<b>Ater</b>	X	-
<b>PAA</b>	X	X
<b>PNAE</b>	X	X
<b>PNCF</b>	-	-
<b>PAC 2</b>	-	-
<b>Terra Legal</b>	-	-
<b>Terra Forte</b>	-	-
<b>Programa Cadastro de Terra e regularização fundiária</b>	-	-
<b>Biodiesel</b>	-	-
<b>Garantia Safra</b>	X	-
<b>Outros</b>	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Conforme o esperado, as duas Cooperativas participam do PNAE, PAA e PRONAF, contudo, a COOPERBAC apesar de possuir um número menor de cooperados que a COOPATAN, está inserida em mais Programas Governamentais, como a Ater e o Plano Safra, Tabela 10.

A diversificação na participação das políticas públicas é essencial para as Cooperativas, pois, determinados Programas são desenvolvidos apenas em alguns períodos do ano, a exemplo do PNAE que acompanha o ano letivo. Ainda, a boa gestão das cooperativas visualiza que caso um Programa deixei de existir ou a Cooperativa passe a não atendê-lo, os

impactos negativos serão menores na rotina da Cooperativa e conseqüentemente na vida dos cooperados agricultores.

A exemplo, atualmente, caso o PNAE deixa-se de fazer parte da destinação dos produtos da COOPERBAC, a Cooperativa perderia em seu caixa cerca de 11% a 20% do seu faturamento, isso devido a diversidade dos Programas atendidos, assim como a participação da Cooperativa em mercados e feiras livres, Tabela 11.

**Tabela 11-** Representação em porcentagem dos valores repassados pelo Programa

	COOPERBAC	COOPATAN
<b>1% a 5%</b>	-	X
<b>6% a 10%</b>	-	-
<b>11% a 20%</b>	X	-
<b>21% a 30%</b>	-	-
<b>31% a 40%</b>	-	-
<b>41% a 50%</b>	-	-
<b>Mais de 51%</b>	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Quanto a COOPATAN, o faturamento advindo do PNAE representa apenas entre 1% e 5%. Tal número se justifica devido apenas 6 cooperados participarem do Programa no universo de 326 associados.

**Tabela 12 -** Avaliação do Preço utilizado pelo Programa

<b>Avaliação dos Preços utilizados pelo Programa</b>		
	COOPERBAC	COOPATAN
<b>Satisfatório</b>	X	X
<b>Baixo</b>	-	-
<b>Altos</b>	-	-
<b>Não compensa a participação</b>	-	-
<b>Outros</b>	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O preço utilizado pelo PNAE para compra dos alimentos é definido com base em pesquisa de mercado e são considerados pelas duas Cooperativas como satisfatório. Tal afirmação também pode ser visualizada através da Tabela 5, onde foi questionado aos cooperados se o preço pago pelos produtos entregues ao PNAE são suficientes para as despesas com a produção, e as respostas equivalentes as duas cooperativas foi positivo.

Contudo, assim como questionado aos cooperados, os principais pontos positivos visualizados pelas Cooperativas ao participarem do PNAE estão o aumento de renda, diminuição dos atravessadores e visibilidade de mercado. As respostas, normalmente,

coincidem por serem dois universos muito próximos. O ato de cooperar permite ao agente que se associa a uma cooperativa a possibilidade de barganhar preços melhores com os seus compradores, pois, possuem uma oferta maior do que aquela que teriam caso vendessem sua produção de forma isolada, ainda, eliminando a figura do atravessador e possibilitando atender um número maior de clientes devido a facilidade de escoamento.

Quanto aos pontos negativos, as duas Cooperativas destacaram que os pagamentos são realizados nas datas certas, porém são repassados sempre com atraso. Tal negativa afasta muitos cooperados que têm desejo de participar do Programa, optando assim, por não fazer parte ou utilizar de outra política pública, que possui menos burocracia e se torna mais acessível, segundo a COOPATAN.

BAVARESCO & MAURO (2012) consideram

as compras institucionais uma das mais importantes políticas públicas para a agricultura familiar dos últimos anos. Porém, para fornecer alimentos para o PNAE os agricultores familiares costumam esbarrar em questões como logística, regularidade de produção, qualidade e quantidade da produção, planejamento, burocracia e questões sanitárias (BAVARESCO e MAURO, 2012).

Por fim, considera-se que os cooperados, assim como as Cooperativas COOPATAN e COOPERBAC, enquanto participantes do Programa PNAE, tiveram e têm suas vidas alteradas para melhor, pois, através da associação de suas respectivas Cooperativas ao Programa, os pequenos agricultores familiares dos municípios de Trancredo Neves e Barra do Choça passaram a ter uma renda maior, bem como melhorias nos aspectos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura brasileira sempre desempenhou um grande papel na economia nacional, seja ela através da sua forte contribuição nas exportações agrícolas ou em especial, na agricultura familiar, através do papel fundamental de abastecimento alimentar dos brasileiros, contribuição na geração de renda, controle da inflação e melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas.

Para tal, nos últimos anos, têm crescido o número de políticas públicas desenvolvidas ou reestruturadas para atender as necessidades e impulsionar o agricultor familiar, a exemplo do PRONAF, PAA e PNAE. Este último, objeto de estudo deste trabalho, foi analisado nesta pesquisa sob o olhar dos cooperados e das Cooperativas COOPATAN e COOPERBAC.

Com relação ao perfil dos cooperados, foi feito um levantamento e constatou-se que na COOPATAN o número de cooperados do gênero masculino e feminino são iguais, e que a maioria dos entrevistados têm até 46 anos de idade, são solteiros, possuem o ensino médio completo e tem até dois filhos. Enquanto que na Cooperativa COOPERBAC, todos os entrevistados são do gênero masculino, a maioria casados, têm entre 36 e 57 anos, possui entre o ensino fundamental incompleto e o médio completo e, em média, tem cerca de três filhos.

As cooperativas têm sido grandes aliadas do agricultor familiar no que tange as articulações entre o agricultor e o Programa PNAE, bem como a eliminação da figura do atravessador, a possibilidade de uma comercialização já garantida e com preços maiores do que os que seriam praticados caso fosse pelo próprio agricultor, assim como a possibilidade de participar de cursos de capacitação, padronização e orientação técnica.

Ainda, pode-se destacar a necessidade de um número maior de agricultores, em especial da COOPERBAC, acreditarem e decidirem participar do Programa. Pois, apesar de todos os pontos positivos citados acima, bem como a facilidade no escoamento da produção, os mesmos ainda não conseguiram visualizar os benefícios que estão perdendo.

Vale salientar que este estudo busca se traduzir como um incentivo, também, às cooperativas e agricultores familiares que ainda não descobriram nas políticas públicas uma possibilidade de superação social, autonomia, reconhecimento e geração de renda, não obstante as dificuldades enfrentadas.

A expectativa desta pesquisa foi de estimular a investigação futura sobre o tema de modo a aprofundar o conhecimento sobre o assunto abordado. Ademais, verificou-se que o agricultor familiar, aqui representado pelas suas Cooperativas necessitam de mais apoio governamental, seja em nível municipal e/ou estadual, uma vez que tais empreendimentos têm enfrentado muitas dificuldades no atendimento das políticas públicas e suas burocracias, em especial ao Programa PNAE, aqui em análise.

Quanto às limitações deste estudo, destaca-se o fato de ser este um estudo de caso que apresenta a análise de apenas duas cooperativas que participam do PNAE. Além disso, a pesquisa, na amostra aqui estudada, não representa todo o universo das duas Cooperativas. Ainda nesse sentido, este estudo foi baseado na percepção dos cooperados e gestores das cooperativas, então, podendo modificar-se ao longo do tempo, alterando as impressões e posicionamento dos participantes.

## REFERÊNCIAS

- AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. dos. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 39, 2001, Recife-PE. **Anais...** Recife: SOBER, 2001. Disponível em: <[http://gp.usp.br/files/denru\\_agribrasil.pdf](http://gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na graduação. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- AQUINO, F. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude das Condições de Reprodução Econômica dos Agricultores Familiares Pobres no Semiárido Brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a09v52s1.pdf>>. Acessado em 21 de abril de 2015.
- BARROS, J. R. M. **Fundamentos de uma nova política agrícola**. Brasília: Ministério da Agricultura/CFP, 1983. 39 p. (Coleção Análise e Pesquisa, v. 26).
- BAVARESCO, P. A.; MAURO, F. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino, 2012, Santiago, Chile. Fórum de especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe, 2012. **Anais...** Disponível em: <[http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro\\_experto\\_s/Articulos/Artigo\\_Pedro\\_Bavaresco.pdf](http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_experto_s/Articulos/Artigo_Pedro_Bavaresco.pdf)>. Acesso em 12 de outubro de 2015.
- BENETTI, Maria D., FRANTZ, Telmo R. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. Fundação de Economia e Estatística (FEE), Porto Alegre-RS, 1985
- BIALOSKORSKI NETO, S. Cooperatives and Informal Relational Contracts in Brazilian Agribusiness. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá, MT. **Anais...** Cuiabá: UFMT/UERJ, 2004.
- BIANCHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba (PR), 2010.
- BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa-preta**: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (IE/UNICAMP). Campinas (SP), 2003.

BRASIL. **Lei n. 4.504, 30 nov. 1964.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.html)> Acesso em: 03 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 4.829 de 05 de novembro de 1965.** Institucionaliza o crédito rural. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4829.htm)>. Acesso: 26/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº.11.326 de 24 de julho de 2006** – Diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca\\_alimentar/doc/leis/2006/PAA%20Lei%20no%2011.326-%20de%2024%20de%20julho%20de%202006.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/doc/leis/2006/PAA%20Lei%20no%2011.326-%20de%2024%20de%20julho%20de%202006.pdf)>. Acesso em 15/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº.11.947 de 16 de junho de 2009** – Resolução FNDE 26/2013. 2013. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br>>. Acesso em 26/04/2015.

BRASIL. **Produto Interno Bruto da agropecuária deve ser de R\$1,1 trilhão.** 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao>>. Acesso em: 12 de outubro de 2015.

BUAINAIN, A. M; FILHO, H. M. S. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável:** questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

CAMPEÃO, P. **Sistemas locais de produção agroindustrial:** um modelo de competitividade. 2004. 230 f. Tese - (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, 2004.

COÊLHO, J. D. Agricultura familiar no Nordeste. **Informe Rural ETENE/BNB.** Fortaleza, ano 4, n. 5, 2010.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; CONCEIÇÃO, P. H. Z.. **Agricultura:** Evolução e importância para a balança comercial brasileira. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: Rio de Janeiro.2014. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3031/1/TD\\_1944.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3031/1/TD_1944.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2015.

COOPATAN, COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES. **WEB Site.** Disponível em: <<http://www.coopatan.com/site/>> . Acesso em 04 de outubro de 2015.

COSTA, B. A. L.; JUNIOR, P. C. G. A.; SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR,** Piracicaba, v. 53, n.1, p.109-126, jan./mar.2015.

COSTA, S. B. da. **Os novos rumos da política agrícola no Brasil nos anos 90.** Curitiba, 2002. 101p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - UFPR.

DENARDI, F. Porta-enxertos. In: EPAGRI. **A cultura da macieira**. Florianópolis: Epagri/GMC, 2002. p.169-226.

FILHO, M. H. da C.; PINHEIRO, J. C. V.. **Algumas Considerações sobre o Cooperativismo Agrário Brasileiro**. [2004]. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P467.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2015.

FNDE, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação**. 2011. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **FNDE promove capacitação de gestores da alimentação escolar em Minas Gerais**. FNDE, 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/7050-fnde-promove-capacita%C3%A7%C3%A3o-de-gestores-da-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-em-minas-gerais>> . Acesso em 11 de outubro de 2015.

GIL, A. C.. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBASE, INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Relatório Pronaf. Resultados da Etapa Paraná**, outubro de 2006.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 26 de abril 2015.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. 214. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=292575>> .Acesso em 04 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LAPSA)**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Agricola/Levantamento\\_Sistematico\\_da\\_Producao\\_Agricola%5Bmensal%5D/Fasciculo/lspa\\_201501.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola%5Bmensal%5D/Fasciculo/lspa_201501.pdf)> . Acesso em 26 de abril 2015.

IICA, INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial do Brasil**. Brasília: IICA, 2011. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B2888P/B2888P.PDF>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

INSA. **Estabelecimentos agropecuários do semiárido brasileiro. Campina Grande/PB: INSA/SIGSAB**, 2014. Disponível em: <[http://insa.gov.br/sigsab/static/themes/vc/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20do%20semi%C3%A7%C3%A3o%20norte%20de%20parab%C3%A9na%20\(2006\).pdf](http://insa.gov.br/sigsab/static/themes/vc/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20do%20semi%C3%A7%C3%A3o%20norte%20de%20parab%C3%A9na%20(2006).pdf)>. Acessado em: 26 de abril 2015.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, W. G. **Política pública**: discussão de conceitos. 5.ed. Out. 2012 (Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD). Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>>. Acesso em: 06 de setembro de 2015.

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital**: acumulação e diferenciação na produção familiar na agricultura. Campinas: Editora UNICAMP, 1987.

MDS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/compra-institucional>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

MEINEN, E.; PORT, M. **O cooperativismo de crédito**: ontem, hoje e amanhã. Brasília: Confedbras, 2012.

MENDONÇA, J. L.; *et al.* Avaliação de genótipos de soja para consumo de grãos verdes em Brasília-DF. **Horticultura Brasileira**, v. 20, n.2, 2002. (Suplemento 2).

NOVAIS, I. A. F. **História de Barra do Choça**. 2015. Disponível em: <<http://2013.barradochoca.ba.gov.br/omunicipio.php?cod=1>> Acesso em: 26 de abril de 2015

NUNES, SIDEMAR, PRESOTTO. O Desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de Desenvolvimento Rural. **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Nº157 – Mar, 2007.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007

PAULILLO, L. F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes. In: BATALHA, M. O. (Coord). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001. v.1.

PAZ, L.; SANTOS, R. A. A atuação da COOPAFI no programa municipal de merenda escolar. In: **VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Jornada de Pesquisadores sobre a Questão Agrária no Paraná**, 2014.

PINHO, D. B. *et al.* **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **O cooperativismo no “Brasil desenvolvido” e no “Brasil subdesenvolvido”**. São Paulo: USP, 1965.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Merenda escolar Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <[http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso\\_PNAE.pdf](http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf)>. Acessado em 22 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA. **Plano Municipal de Educação**. Secretaria Municipal de Educação. 2010.

REIS, S. F.; RIBEIRO, D. D. **Inclusão produtiva e as políticas públicas para a agricultura familiar no estado de Goiás**. Disponível em:

<[http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor\\_2014/Trabalhos%20Completos/9\\_Agricultura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/9A\\_Agricultura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/4\\_Saulo%20Reis.pdf](http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completos/9_Agricultura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/9A_Agricultura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/4_Saulo%20Reis.pdf)>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2015.

SABATTO, A Di. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil**: características, desafios e obstáculos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SAF, SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Alimentação Escolar** – Programas. 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>>. Acesso em 05 de Fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas: Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

Disponível em: <

<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2015.

SANTOS, L. R. dos; BORGES, P. C.; CARGNIN, R. C. N. Impactos socioeconômicos e ambientais causados pela modernização da agricultura brasileira. XXI Semana de Geografia da FAFIPA. **Anais**. Set./2012. Disponível em: <<http://www.fafipa.br/site/images/stories/AnaisGeografia2012/ResExp03.pdf>>. Acessado em: 09 abr. 2015.

SCNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e Dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: *in* **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p.21-550.

SEBRAE, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Agricultura familiar: um bom negócio para o desenvolvimento local**. 2014. Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/micro-e-pequenas-empresas/agricultura-familiar-agricultores.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS – GOVERNO DO PARANÁ. **O Que São Políticas Públicas**. [2014]. Disponível em: <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O\\_que\\_sao\\_PoliticPublicas.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf)>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRS, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n.16, jul.-dez./2006, p 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 07 de setembro de 2015.

VEIGA, S. M., FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A Fase, 2001.

WANDERLEY, M. de N. B.. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos, Sociedade e Cultura**. n.15. 2000. Disponível em:  
<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>>. Acessado em: 05 jul. 2014.

## APÊNDICE 1

### Questionário Aplicado aos Beneficiários do PNAE Junto as Cooperativas

#### **1ª PARTE: IDENTIFICAÇÃO PESSOAL**

**1.Sexo**

- Masculino  
 Feminino

**2.Qual a sua idade?**

- Até 35 anos  
 De 36 a 46 anos  
 De 47 a 57 anos  
 De 58 a 68 anos  
 Mais de 68 anos

**4.Qual o seu estado civil?**

- Solteiro(a)  
 Casado (a)  
 Divorciado (a)  
 Outros \_\_\_\_\_

**3.Qual seu grau de escolaridade?**

- Analfabeto  
 Alfabetizado  
 Fundamental completo  
 Fundamental incompleto  
 Médio completo  
 Médio incompleto  
 Superior completo  
 Superior incompleto  
 Outros \_\_\_\_\_

**5.Você possui filhos? Se sim, quantos? \_\_\_\_\_**

**6.Qual a idade dos seus filhos?**

- Até 18 anos  
 De 19 a 30 anos  
 De 31 a 42 anos  
 Mais de 53 anos

#### **2ª PARTE: PROPRIEDADE RURAL**

**7.Posição do produtor em relação a propriedade**

- Proprietário(a)  
 Arrendatário (a)  
 Cedida (a)  
 Emprestada (a)  
 Outros \_\_\_\_\_

**8.Há quanto tempo está na atividade agropecuária?**

- Menos de 5 anos  
 De 5 a 10 anos  
 De 10 a 15 anos  
 De 15 a 20 anos  
 Mais de 30 anos

**9.Os membros da sua família participam das atividades agropecuárias?**

- Sim  Não

**Se não, em que modalidade?**

- Assalariado  
 Diarista  
 Comerciante  
 Outros \_\_\_\_\_

**10.Qual o tamanho da sua propriedade?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### **3ª PARTE: PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA**

**11.Há quanto tempo você participa da Cooperativa?**

- Menos de 1 ano  
 De 1 a 5 anos  
 De 5 a 10 anos

**12.Você acha que depois de entrar na Cooperativa sua vida melhorou?**

- Muito

- Pouco

- Não melhorou

**13.Houve melhoria de situação econômica na família em razão do seu ingresso na Cooperativa?**

- Sim, melhorou

- Pouco

- Não melhorou

**14.Como você se sente em relação à Cooperativa**

- Muito satisfeito
- Satisfeito

### **3ª PARTE: PROGRAMA PNAE**

#### **15. Há quanto tempo você participa do PNAE?**

- Menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 3 a 4 anos
- Mais de 5 anos

#### **16. Como você ficou sabendo do PNAE?**

- Outros Agricultores
- Cooperativa e/ou Associação
- Secretaria de Educação
- Outro \_\_\_\_\_

#### **17. Porque entrou no PNAE?**

- Vender o excedente da produção
- Diversificar a renda
- Aproveitar o auxílio do Governo
- Outros \_\_\_\_\_

#### **18. Como participa do PNAE?**

- Sozinho
- Através da Cooperativa
- Com um grupo de agricultores
- Outro \_\_\_\_\_

#### **12.1 Qual o motivo de ter associado?**

- Interesses comuns
- Para beneficiar a produção
- Vender e comprar em conjunto
- Para legalizar a comercialização
- Para acessar os programas de governo
- Outro: \_\_\_\_\_

#### **19. A participação no PNAE se deu**

- Antes da Cooperativa
- Depois da Cooperativa

#### **20. Quais produtos são fornecidos para o PNAE?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### **21. O preço pago pelos produtos é suficiente para cobrir as despesas com produção?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### **22. O valor total recebido por ano é suficiente para a melhoria na renda da propriedade?**

- Sim
- Não

#### **23. Realizou algum tipo de investimento na propriedade para participação no programa PNAE?**

- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

- Sim
- Não

#### **Se sim, qual a origem dos recursos?**

- Próprios
- Financiamento
- Subsídio (União, Estado ou Município)

#### **24. Houve aumento da propriedade para participação do PNAE?**

- Sim
- Não

#### **Se sim, de quanto foi o aumento?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### **25. Supondo que o PNAE deixe de existir, haverá consequências no sistema produtivo?**

- Sim
- Não

#### **Se sim, qual o possível impacto?**

- Comercializar a produção em outros mercados
- Reduzir a produção destes produtos
- Diminuição da renda
- Mudar de atividade
- Arrendar ou vender a propriedade
- Outro impacto: \_\_\_\_\_

#### **26. Quais são os pontos positivos do programa PNAE ?**

- Melhoria da renda
- Distribuição da renda durante o ano
- Garantia de venda da produção
- Garantia de preço
- Possibilidade de acesso a outros mercados
- Redução da dependência de intermediários
- Assistência técnica
- Melhor planejamento da propriedade
- Melhoria do hábito alimentar da família
- Outros pontos positivos: \_\_\_\_\_

#### **27. Quais são os pontos negativos do programa PNAE?**

- Preços baixos
- Demora na liberação dos recursos
- Valor baixo liberado por agricultor

- Muito burocrático
- Forma de entrega da produção (logística)
- Não há sintonia entre o calendário dos programas e a produção
- Definição dos produtos a serem adquiridos
- Assistência técnica
- Outros pontos negativos: \_\_\_\_\_

**28. Você acha que o PNAE deve continuar?**

- Sim     Não

Se sim, alguma sugestão de melhoria no programa ou no relacionamento da Cooperativa com o Programa.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE 2 – Modelo de roteiro de entrevista com o representante das Cooperativas.**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Prezado (a) Senhor(a),

Estou realizando uma pesquisa sobre Agricultura Familiar e Políticas Públicas, com o objetivo de conhecer a experiência do agricultor familiar que participa do programa PNAE. Solicito vossa participação respondendo as questões que seguem. Informo, também, que o seu nome não será divulgado, mantendo sigilo da identidade de quem se dispõe a colaborar com a pesquisa.

Vitória da Conquista, 04 de maio de 2015

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Função/cargo: \_\_\_\_\_

**1) Quando e como ocorreu a fundação da Cooperativa?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**2) Quantos cooperados, atualmente, possui a Cooperativa?**

- Até 10 cooperados
- De 11 a 30 cooperados
- De 31 a 50 cooperados
- De 50 a 70 cooperados
- De 70 a 90 cooperados
- Mais de 100 cooperados, quantos? \_\_\_\_\_

**3) Os membros da diretoria desta cooperativa participam regularmente de treinamentos e capacitações?**

- Sim     Não

**Se sim, através de(o)**

- SEBRAE
- PANGEA
- Estado/Governo
- Outros \_\_\_\_\_

**4) A Cooperativa recebe atualmente algum tipo de assessoria ou capacitação continuada?**

Sim  Não

**Se sim, através de quais áreas (pode marcar mais de uma)**

- Administrativo
- Financeiro
- Produção
- Logística
- Cooperativista
- Outros \_\_\_\_\_

**5) Possui algum convênio, apoio financeiro ou material para a sua manutenção?**

Sim  Não

**Se sim, para quais áreas e/ou de quem (pode marcar mais de uma)**

- Administrativo
- Financeiro
- Produção
- Logística
- Cooperativista
- SEBRAE
- Prefeitura
- Outros \_\_\_\_\_

**6) A sua Cooperativa já foi beneficiada com recursos governamentais, a exemplo de subsídio, emendas parlamentares, doações ou financiamento?**

Sim [siga para questão 6.1]

Não [siga para questão 7]

**6.1) Qual benefício a Cooperativa já recebeu?**

- Recursos Governamentais para safra
- Subsídios do Governo
- Emendas Parlamentares
- Doações
- Financiamento
- Isenções fiscais
- Outros \_\_\_\_\_

**7) A cooperativa participa de quais Programas de Políticas Públicas?**

- PRONAF
- Ater
- PAA
- PNAE
- PNCF
- PAC2
- Terra Legal
- Terra Forte
- Programa Cadastro de terra e regularização fundiária
- Biodiesel
- Garantia Safra
- Outros \_\_\_\_\_

**8) Desde quando a cooperativa participa do programa PNAE?**

- Até 1 ano
- De 2 a 10 anos
- De 11 a 20 anos
- De 21 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- De 51 a 60 anos

**9) Como a cooperativa conheceu o PNAE?**

- Através de indicação de amigos e/ou outra cooperativa
- através de indicação do SEBRAE
- Através de indicação do Governo/Prefeitura
- Outros \_\_\_\_\_

**10) Como você avalia os preços de referência utilizados pelos programas?**

- Satisfatório
- Baixos
- Altos
- Não compensa a participação na produção
- Outros \_\_\_\_\_

**11) Quanto representa os valores repassados pelos programas no faturamento da cooperativa?**

- 1% a 5%
- 6% a 10%
- 11% a 20%
- 21% a 30%
- 31% a 40%
- 41% a 50%
- Mais de 51%

**12) Quais são os pontos positivos dos programas?**

- ( ) Aumento de renda
- ( ) Diminuição dos atravessadores
- ( ) Pagamento na data certa
- ( ) Valorização do Produtor/Cooperativa
- ( ) Visibilidade no mercado
- ( ) Outros \_\_\_\_\_

**13) Quais são os pontos negativos dos programas?**

- ( ) Muita burocracia para participar
- ( ) O pagamento é repassado para cooperativa sempre com atraso
- ( ) Preços baixos quando comparado com o mercado
- ( ) Outros \_\_\_\_\_

**14) Em sua opinião a Cooperativa de continuar a participar do Programa? Se sim quais são as sugestões de melhoria?**

---

---

---

**15) Quais são os resultados Econômicos do Programa no âmbito da cooperativa e dos produtores?**

---

---

---

**16) Cite os principais aspectos sociais que melhoraram para os produtores após a adoção do Programa pela Cooperativa?**

---

---

---